

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**HERNANDO HENRIQUE DA SILVA FREITAS**

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NOS  
SETORES DE RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

**FRANCA**

**2022**

**HERNANDO HENRIQUE DA SILVA FREITAS**

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NOS  
SETORES DE RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Trabalho de conclusão apresentado ao Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima

FRANCA

2022

F866t

Freitas, Hernando Henrique da Silva

O trabalho do(a) assistente social nas organizações privadas nos setores de recursos humanos e responsabilidade social /

Hernando Henrique da Silva Freitas. -- Franca, 2022

65 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Maria José de Oliveira Lima

1. Serviço Social. 2. Empresas. 3. Projeto Ético-Político. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**HERNANDO HENRIQUE DA SILVA FREITAS**

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS  
NOS SETORES DE RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria José de Oliveira Lima  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni  
1<sup>a</sup> examinadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira  
2<sup>a</sup> examinadora

Franca, 31 de janeiro de 2022

*Dedico este trabalho a todos/as assistentes sociais que lutam diariamente para a efetivação dos direitos sociais.*

*Aos meus familiares e amigos que estiveram comigo durante todo o processo de construção e amadurecimento profissional. Sem vocês este trabalho não seria possível.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e Nossa Senhora Aparecida por ter a oportunidade de realizar a Graduação e por ter me guiado durante a minha trajetória acadêmica.

À minha avó Maria Rita que sempre esteve ao meu lado, torcendo por mim e apoiando em todas as dificuldades e conquistas.

Aos meus pais Luis Henrique e Alessandra que sempre me apoiaram e estiveram comigo em todos os momentos de angústias, incertezas e de conquistas durante a realização da Graduação. Todos os conselhos e conversas me fortaleceram para continuar o meu sonho.

Aos meus demais familiares e amigos que sempre estiveram ao meu lado torcendo para a concretização deste trabalho.

À minha noiva Marina por todo apoio, incentivo e paciência durante a realização do trabalho.

Ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA) da Unesp de Franca/SP por todas as trocas de conhecimentos, reflexões e questionamentos sobre a atuação do assistente social diante de tantos desafios. Juntos somos muito mais fortes.

Aos professores das disciplinas cursadas durante a Graduação, que contribuíram efetivamente para a minha formação profissional.

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José de Oliveira Lima, por toda troca de conhecimento, por todas as conversas, ensinamentos e confiança.

Enfim, obrigado a todos(as) por terem deixado um pouco de vocês em mim e por terem contribuído para o meu crescimento profissional. A minha história acadêmica está sendo feita por todos os sujeitos sociais que estão ao meu lado e que acreditam no meu trabalho. Sem vocês este trabalho não seria possível.

Obrigado

*“Dos nossos medos  
nascem as nossas coragens,  
e em nossas dúvidas,  
vivem as nossas certezas.  
Os sonhos anunciam  
outra realidade possível,  
e os delírios outra razão.  
Nos descaminhos  
esperam-nos surpresas,  
porque é preciso perder-se  
para voltar a encontrar-se.”  
(Eduardo Galeano)*

## RESUMO

Este é um estudo que resulta da revisão quanto ao trabalho do (a) assistente social em empresas privadas, adotando, como caminho metodológico, vasta revisão bibliográfica com intuito de apurar quais são as práticas e nichos de atuação do assistente social no terceiro setor, traçando reflexão crítica desde a formação até o trabalho deste diante das visões ontológicas e capitalistas, bem como análise a partir do materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa da respectiva revisão bibliográfica e teórica. Como principais resultados observou-se que a atuação do (a) assistente social nas empresas privadas é marcada por diversos antagonismos, no entanto, acredita-se ser possível direcionar seu trabalho para os interesses dos trabalhadores em paralelo aos interesses de lucratividade do capital, realizando-os por meio de estratégias articuladas ao projeto ético-político do Serviço Social. Considera-se também que o universo organizacional tem evoluído em suas políticas de gestão de pessoas, de responsabilidade social e desenvolvimento de modo a considerar a contribuição de diferentes profissões para que consolidem estratégias eficazes de atenção ao trabalhador. Ao que se percebe das contribuições do Serviço Social no contexto da gestão de pessoas, envolve práticas no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, como saúde, educação, cultura, lazer, entre outros, o que demonstra a possibilidade de contribuição desta profissão e suas perspectivas de evolução nesta área.

Palavras-chave: Serviço Social; Empresas; Projeto Ético-Político; Formação Profissional.

## **ABSTRACT**

This is a study that results from the review regarding the work of the social worker in private companies, adopting, as a methodological path, a vast bibliographic review in order to determine what are the practices and niches of the social worker in the third sector, outlining critical reflection from training to work in the face of ontological and capitalist views, as well as analysis from the historical-dialectical materialism, with a qualitative approach of the respective bibliographic and theoretical review. As main results, it was observed that the role of the social worker in private companies is marked by several antagonisms, however, it is believed that it is possible to direct their work to the interests of workers in parallel to the interests of capital profitability, performing them through strategies articulated to the ethical-political project of Social Work. It is also considered that the organizational universe has evolved in its people management, social responsibility and development policies in order to consider the contribution of different professions to consolidate effective strategies for worker care. From what can be seen from the contributions of Social Work in the context of people management, it involves practices within the scope of fundamental rights and guarantees, such as health, education, culture, leisure, among others, which demonstrates the possibility of contribution of this profession and its perspectives evolution in this area.

Keywords: Social Work; Companies; Ethical-Political Project; Professional qualification.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: A evolução do conceito de Responsabilidade Social em cada período da história. ....</b>	<b>44</b>
--	-----------

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - TRABALHO E FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL</b> .....	<b>13</b>
1.1 TRABALHO NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E NA PERSPECTIVA CAPITALISTA .....	13
1.2. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE .....	20
1.3 FORMAÇÃO E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL .....	25
<b>CAPÍTULO II – O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS</b> .....	<b>31</b>
2.1 A TRAJETÓRIA SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS NO BRASIL .....	31
2.2 GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	38
<b>2.2.1 Conceitos Importantes Sobre a Responsabilidade Social Empresarial ....</b>	<b>44</b>
<b>2.3. Política de Recursos Humanos nas Empresas.....</b>	<b>45</b>
2.4 AÇÕES E ATRIBUIÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ASSISTENTE SOCIAL NAS EMPRESAS – ANÁLISE DE ESTUDO .....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de uma inquietação sobre a atuação do assistente social em empresas a partir de um cenário de mudanças ocorridas na sociedade como um todo.

Mudanças como a tendência à privatização do que é público; a terceirização do trabalho e dos serviços públicos, a grande evolução do setor da comunicação e da tecnologia; a globalização da economia e o avanço do neoliberalismo, que afetaram profundamente o mundo do trabalho, principalmente, nos países latino-americanos, nos quais a situação de desigualdade social é mais grave, à redução paulatina das responsabilidades do Estado sobre a seguridade social e os direitos da população.

É importante destacar que outra preocupação inicial desse estudo consiste na questão da necessidade de buscar subsídios para a atualização do currículo, possibilitando uma atualização a partir da dinâmica da realidade social que se apresenta nos tempos atuais. Levando em consideração o estudo sobre as competências profissionais nos setores de Recursos Humanos e de Responsabilidade Social, percebemos a importância dessas categorias empíricas para que sejam inseridas na formação acadêmica, além dos diversos fatores que estão presentes nesse espaço ocupacional do Serviço Social.

Além disso, como em qualquer área de atuação do assistente social é necessária uma atualização constante do profissional, porém é notório a ausência de eventos, cursos de capacitação, que abarquem a atuação do assistente social em empresas. Esse fato contribuiu para uma atuação profissional fragilizada nas empresas, dificultando o desenvolvimento de uma intervenção comprometida com o projeto profissional.

Percebe-se que há uma certa resistência da categoria profissional quando se trata de falar sobre esse espaço de atuação, apresentando uma espécie de descrédito aos profissionais que hoje atuam no âmbito privado, e que com todas as dificuldades e contradições desempenham um ótimo trabalho no local onde atuam. O que prejudica a atuação ainda mais desses profissionais é a insuficiência de produção teórica e a ausência de atividades curriculares obrigatórias no currículo básico das graduações, o que, às vezes, nem a possibilidade de atividade optativa existe nesses currículos.

É inquietante a ausência de discussões a respeito da atuação do assistente social em empresas, fato que ao longo da graduação de Serviço Social da Unesp Franca, instituição renomada na área de pesquisa e publicações científicas, pouquíssimas foram as ocasiões em que se pode presenciar eventos que tratassem da temática, ou até mesmo durante as aulas são raros os momentos em que o assunto é tratado.

É notório que a esfera pública concentra a maior parte dos profissionais formados em serviço social, de modo que, sem sombra de dúvidas, a preparação dos estudantes de Serviço Social é para atuar no sistema público, nos seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais, o que não pode excluir a organização de um projeto curricular mais atualizado e dinâmico, voltado também as novas possibilidades de atuação no mercado.

Desenvolver uma pesquisa que trate de tal tema é antes de tudo uma reivindicação de um currículo mais moderno, com condições de formar profissionais com perfis que respondam as demandas cada vez mais complexas. Assim, considerou-se importante conhecer um pouco mais da realidade do trabalho desenvolvido nessa área, as complexidades, exigências para contribuir no processo formativo, visando garantir o debate sobre o serviço social nas empresas presentes no âmbito acadêmico.

Frente às configurações da sociabilidade capitalista na atualidade nos perguntamos se o exercício do trabalho do Assistente Social na área empresarial, estaria atrelado às novas formas de gestão e controle da força de trabalho, requeridas pelas mudanças tecnológicas e da organização do processo produtivo ou se as demandas postas aos Assistentes Sociais nas organizações empresariais do Brasil têm sido aquelas restritas ao atendimento de demandas sociais dos trabalhadores por meio dos benefícios sociais. Ou ainda, se tem alargado a outras ações, independente, das demandas apresentadas pelas empresas em respostas as modernas formas de organização do trabalho.

A partir destes questionamentos o objetivo foi refletir sobre a temática a partir de análise baseada no materialismo histórico-dialético, bem como a partir revisão bibliográfica e teórica, abordando artigos científicos nas principais revistas veiculadas no Brasil, compreendendo as revistas Serviço Social & Sociedade, Revista Temporalis, Serviço Social em Revista e a espanhola Revista de Trabajo Social y Acción Social, dotando, o presente estudo, de abordagem qualitativa, partindo do

pressuposto que o (a) Assistente Social atua nas empresas desenvolvendo ações interventivas, educativas, e investigativas, como gestor(a) de políticas de recursos humanos, especificamente nos benefícios sociais.

O universo de pesquisa foi delimitado a partir de pesquisas que foram realizadas e analisadas as intervenções profissionais dos Assistentes Sociais em empresas privadas, com o objetivo de compreender o fazer operativo desses profissionais, que atuam diretamente na área de Recursos Humanos e com a questão da responsabilidade social. O estudo bibliográfico contribuiu para compreensão desse espaço sócio-ocupacional, além dos seus desafios e contribuições.

## CAPÍTULO I - TRABALHO E FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

### 1.1 TRABALHO NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA E NA PERSPECTIVA CAPITALISTA

O trabalho é a base para todas as sociedades, pois define normas de convívio com a natureza, produz valores de uso para satisfação das necessidades humanas e interfere nas relações.

O trabalho é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica (...), mas antes de tudo assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 1981, p. 14).

Caracteriza-se atividade substancialmente humana, já que o homem é dotado da capacidade teleológica, que indica a condição de projetar aquilo de que precisa, antecipando o objetivo final na mente, sem que antes precise realizá-lo. O trabalho é o que nos difere de outros animais, sendo uma categoria, que em sua essência, permite o homem, trabalhar o mundo objetivo, colocando-se de maneira efetiva como um ser genérico (Marx, 1983), o qual o teórico atesta a relevância do trabalho, que é um processo básico na formação do ser social e da sociedade que o constitui como tal.

Reiteramos, assim, que o trabalho é o elemento principal que possibilitou fornecer respostas às insuficiências desse ser natural que se humanizava, formando-se como ser social. Baseando-se em Marx e Engels (1984), demonstramos que podemos diferir os animais dos homens em diversas questões, todavia, os homens podem produzir os seus próprios meios de vida, o que os proporciona realizar indiretamente a sua própria vida material.

Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca, é uma forma especificamente social do trabalho. (MARX, 1974, p.148).

O trabalho não deve ser investigado apenas pelas suas desiguais formas e/ou pelo aspecto técnico, porém é preciso considerar as relações sociais nas quais ocorre. De acordo com a compreensão marxista, o trabalhador está subalterno, no sistema

capitalista, ao plano de reprodução e expansão do controle político e material da classe capitalista, enquanto a classe trabalhadora operária a fim de subsistir.

Quando o capitalista compra a força de trabalho, ele adquire também o produto gerado através do trabalho e zela para o processo ocorrer sem que haja desperdícios, realizando desta maneira maior produção e por conseguinte mais lucro. Logo, a preocupação é reduzir os custos da operação e preservar os meios de trabalho.

Além disso, quando o capitalista dispõe do controle da força de trabalho, ele modifica o propósito da ação humana sobre a natureza, pois a produção de valores de uso passa a ser apenas o caminho para a criação de valores de troca. O aproveitamento da força de trabalho é o próprio trabalho. O consumidor da força de trabalho a obtém ao fazer trabalhar o vendedor dela.

No momento em que, um valor de uso sai do processo de trabalho como mercadoria, outros valores de uso, artigos de processos anteriores de trabalho, introduzem-se nele como meio de produção. O mesmo valor de uso concebe o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele.

Nota-se que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, sujeita-se a sua função determinada no processo de trabalho. A vontade do capitalista em produzir uma mercadoria para a venda atende ao objetivo de ganho de um valor maior do aquele gasto para a sua produção. “Ele quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263).

A finalidade desse processo é, portanto, de interesse mercadológico, lucrativo, sendo que o valor final da mercadoria nunca pode ser inferior aos valores do seu custo de produção, a mercadoria é a criação da própria unidade de valor de uso e de troca, e o processo de sua produção é a união do processo de trabalho e do processo de concepção de valor. (MARX, 2013, p. 263).

Braverman (1987, p.15-16) faz uma importante reflexão acerca da degradação do processo de trabalho “(...) a moderna tendência do trabalho, por sua dispensa de ‘cérebro’ e pela burocratização está ‘alienando’ setores cada vez mais amplos da população trabalhadora (...)”. O autor reitera que o modo capitalista de produção afugenta os referenciais comuns e pratica o preceito alternativo de Babbage, que tem se tornado a força que rege todas as formas de trabalho na sociedade capitalista, garantindo que o parcelamento do processo de trabalho é instrumento para tornar mínimo o aprendizado e a aptidão necessária para os inúmeros procedimentos.

Assim, com a elevação dos níveis de fragmentação do trabalho e, por consequência, a subdivisão das tarefas por trabalhador, ascendem os graus de controle da gerência e diminuem os custos de produção.

Braverman ainda nos mostra que a ascensão da “gerência científica”, ordenada pelo método taylorista de organização do trabalho, objetiva-se não simplesmente o controle sobre o processo produtivo, contudo também a espoliação da especificidade intelectual do trabalho do trabalhador. A divisão entre trabalho manual e trabalho mental, consequente da cientificação do trabalho, tira o caráter autônomo das atividades desenvolvidas no interior dos locais de trabalho.

A revolução técnica-científica é essencial para a evolução do capital monopolista, visto que

(...) o trabalho [passa a ser compreendido] não como um esforço humano integral, mas abstrai todas as suas qualidades concretas a fim de reduzi-lo a movimentos universais e infindavelmente repetidos, a soma dos quais, quando misturada a outras coisas que o capital compra – máquinas, materiais etc. Resulta na produção de uma soma maior de capital do que a que foi ‘investida’ no início do processo (...). (BRAVERMAN, 1987, p.158).

O modo de produção capitalista cria uma revolução no processo de trabalho, que passa a ser alterado de acordo com as condições históricas e sociais.

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de restrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1974, p.55).

Desse ponto resulta o processo de produção capitalista, que se figura como processo de trabalho, e processo de valorização, transformando a história do trabalho na humanidade.

As novas relações econômicas, políticas e sociais próprias à ordem do capital tiveram como ponto de partida a acumulação primitiva do capital, tão bem elaborada no capítulo XXIV de O Capital, no qual Marx (1984, p. 261) expõe que “(...) precede à

acumulação, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”. Neste processo de acumulação primitiva camponeses foram expulsos dos campos e separados de forma violenta dos meios de produção, terras comunais e os bens da Igreja foram privatizados, leis sanguinárias puniram aqueles que não se ajustaram as relações postas pelo capital. Analisando os caminhos percorridos pela explicitada acumulação o autor destaca “(...) os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (MARX, 1984, p.262).

Liberados dos campos, os camponeses passaram a ser trabalhadores assalariados incorporados ao processo produtivo capitalista no interior das manufaturas. O trabalho exercido nas manufaturas se baseia na divisão do trabalho revolucionada pelo capital a partir das modificações que ele regeu para a cooperação entre os trabalhadores. De acordo com Marx (1885), a cooperação entre os trabalhadores para a produção de artefatos, consiste na “(...) forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, (...)” (MARX, 1985, p.259). Com o desenvolvimento da divisão do trabalho manufatureira, a cooperação entre trabalhadores se processou de forma progressiva.

“(...) Ela se transforma em divisão da produção de carruagens em diversas operações particulares, em que cada operação se cristaliza em função exclusiva do trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais” (MARX, 1985, p.267).

Em linhas gerais, Marx identificou que sob o comando do capital, o trabalhador passou a ser expropriado do conhecimento sobre a totalidade do processo produtivo, sendo assim, reduzido a um mero executor de uma cristalizada função ou de uma determinada parte que compõe o produto final.

As determinações empregues pelo capital, através da perversidade desse modo de produção, que, contraditoriamente, explora e prejudica o trabalhador, ao mesmo tempo que precisa dele para sua produção e reprodução. Dessa forma, Marx (1983) afirma:

(...) o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, (...) portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, (...) não se sente bem, mas infeliz, (...) não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua physis e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto,

voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. (p.153).

Ricardo Antunes e Fabiana Previtalli (2013) comentam que a classe que vive do trabalho corresponde à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, destituídos de meios de produção e que são coagidos a vender sua força de trabalho na cidade e no campo em troca de salário; ou seja: o operariado industrial e rural, empregados terceirizados, subcontratados, temporários, os salarizados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos inativos. O autor destaca que os trabalhadores industriais é o núcleo principal, porque produz diretamente a mais-valia. Contudo estão excluídos agentes do capital e os que vivem de juros e da especulação, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, ainda que possam se constituir importante aliados da classe trabalhadora no campo político.

À vista disso, Previtalli e Antunes (2013) lançam o desafio de se compreender o agrupamento de formas que configuram a classe trabalhadora atual, atentando sua heterogeneidade e seu caráter plurívoco e plurifacetado. O autor aponta a tendência à redução do proletariado industrial, estável e especializado, que se desenvolveu na vigência do taylorismo-fordismo, ao mesmo tempo que se expande o trabalho temporal e em tempo limitado num modelo produtivo assentado na inserção tecnológica informacional, na dispersão do espaço produtivo e na horizontalização da produção.

Nessa conjuntura, Previtalli e Antunes (2013) chamam a atenção para as novas técnicas de gestão da força de trabalho que incluem as células de produção, o trabalho em equipes e em grupos semiautônomos, o trabalho multifuncional, mais qualificado e participativo. Para os autores, a finalidade de tais mudanças é controlar a subjetividade daquele que trabalha com um discurso de envolvimento que, em verdade, é uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. “Quer pelo exercício laborativo manual, quer pelo imaterial, ambos, entretanto, controlados pelo sistema de metabolismo societal do capital, o estranhamento do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado” (PREVILATI; ANTUNES, 2013, p. 132).

A gênese da “questão social” está no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua

realização. É, por isso, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985).

Nos últimos trinta anos a profissão de Serviço Social vivenciou processos de renovação com rearranjos nos campos teórico-metodológicos e ético-políticos, fundamentados na teoria social crítica de Marx, ressoando no desvelamento das contradições que caracterizam o trabalho e a formação do Assistente Social na sociedade capitalista.

Conforme entendemos a urgência da profissão como uma variável do monopólio “(...) enquanto profissão, o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (Netto, 1996, p.70).

O debate emerge na década de 1980 a partir de uma interpretação histórico-metodológica Iamamoto e Carvalho em seu livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” a partir de uma leitura crítica sobre a obra marxiana, sendo assim é neste período que o Serviço Social é postulado como trabalho. A autora expõe que:

O Serviço Social contribui para a produção e reprodução desta sociedade, ele participa deste processo enquanto trabalhador coletivo que, por meio de seu trabalho, garante a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho. É desta forma, uma profissão socialmente necessária (...) por que ela atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora (IAMAMOTO, 1986, p. 67).

O homem ao modificar a natureza, transforma-se a si mesmo, tal transformação ocorre como resultado do seu trabalho, depois de exercitada a sua competência de idealizar o que se objetiva realizar (teleologia), e que compreende em relação a nossa profissão:

(...) o assistente social como aquele que vende a sua força de trabalho, e junto com ela um conjunto de procedimentos de natureza instrumental socialmente reconhecidos, os quais constituem-se no acervo cultural da profissão e os significados que adquire. Nessa perspectiva pode-se pensar a instrumentalidade do trabalho do assistente social como propriedades/capacidades historicamente construídas e reconstruídas pela profissão, como uma condição sócio-histórica do Serviço Social. (GUERRA, 2000, p 23).

Para compreendermos as dificuldades da prática profissional na atualidade, será apresentado a seguir conteúdos referentes ao Serviço Social e seu significado social na sociedade capitalista. Assim, é necessário examinarmos historicamente a profissão introduzida nas relações capitalistas, com o interesse de buscarmos componentes que determinam a prática profissional do Assistente Social, desde a sua origem até a modernidade. Tem-se por desejo falar sobre a história do capitalismo não apenas como um “pano de fundo” para a prática profissional do assistente social, mas como elemento típico da mesma, uma vez que é a partir da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista que o Serviço Social se ergue no cenário mundial, inserida na produção e reprodução dos meios de vida e de exercício da classe empregada. Isso podemos observar na reflexão de Yamamoto (2009)

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas de classes, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores.

A práxis profissional do Assistente Social sempre esteve sobre os princípios do capitalismo, isto é, se relacionando com os seus valores, interesses e ideologias, apesar disso as ações do Assistente Social têm como público-alvo a classe operária acerca do axioma de atender às necessidades básicas destas. Logo, notamos o caráter dual e paradoxal da profissão, posto que ao mesmo tempo que atende as inclinações da classe dominante, atende também a classe feita.

O debate que trouxemos parte da declaração de Yamamoto e Carvalho (2009, p. 77):

O Serviço Social destaca-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes a sociedade capitalista.

Neste sentido, destaca-se o que aponta Mendes (2019), quando discorre que o Assistente Social é sujeito de um processo de compra e venda da sua força de trabalho, especialmente visto que este acaba por estar inserido na divisão sociotécnica do trabalho, compreendendo este como um trabalhador improdutivo, conforme a lógica do capital. Observamos a profissão enquanto cumpridora do processo de trabalho, fundamentada nas categorias marxianas.

## 1.2. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo busca entender o movimento do Serviço Social na sociedade capitalista, tendo em vista que a profissão participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, e as suas contraditoriedades. Partimos da compreensão que a profissão está historicamente situada, configurada como um tipo de especialidade do trabalho coletivo no interior da divisão social trabalho própria à sociedade produtiva/industrial.

Como profissão e particularmente como área de produção do conhecimento, o Serviço Social no Brasil vem robustecendo o seu protagonismo intelectual e político na formação de uma cultura que se contrapõe a hegemonia dominante, em articulação com a esquerda marxista em nosso país. Evidentemente a profissão não se restringe a essa dimensão, existe outras dimensões socialmente construídas e reconhecidas no processo de institucionalização do serviço social no Brasil, que possui quatro dimensões importantes.

A dimensão da formação, da intervenção, da produção de conhecimento e da organização política da categoria profissional, esse processo tem filiação teórico, metodológico com a matriz marxiana e plasmam uma direção ético política cujo produto intelectual expõe uma ruptura com as origens da profissão possibilitando o surgimento de uma cultura e de uma ideologia profissional de esquerda, que dialeticamente negam as investidas do conservadorismo na profissão.

Nos últimos 30 anos observou-se um significativo avanço do Serviço Social brasileiro, Conforme Iamamoto (2009), a “luta pelos direitos é hoje também a luta contra o capital”, as manifestações organizadas pela população e por diversos movimentos sociais demonstram o anseio pela justiça social. Segundo a autora, “é parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento

social; que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2009, p.4).

Além disso, é consensual o destaque ao protagonismo dos programas de pós-graduação dos anos de 1970, o avanço da pesquisa e o peso político material da criação das subáreas do serviço social junto ao CNPq e a CAPES, viabilizando o financiamento das pesquisas e das pós-graduações *stricto sensu*, ou seja, a nível de mestrado e doutorado no serviço social.

As demandas pelas pós-graduações de serviço social e política sociais, vinculadas institucionalmente a área do serviço social tanto em nível de graduação como no nível de mestrado e doutorado, são motivadas pela busca do conhecimento crítico de inspiração marxiana. Na construção dessa demanda ganha ênfase as áreas de concentração dos programas, o reconhecimento da qualificação, e a filiação teórico-metodológico dos docentes, além de serem enaltecidas as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em serviço social.

Há também a crescente presença de pesquisadores da área de serviço social, através dos processos de pós-doutoramento, em centros e núcleos de excelência nacional e internacional, em pesquisa de diversas áreas da ciências humanas e sociais intercambiando estudos e pesquisas sobre temas que vão desde ao financiamento das políticas públicas, passando pela questão do trabalho, das reformas na seguridade social, da organização política, das lutas sociais, até as relações de gênero, dentre outros temas que possuem relevância para a crítica da sociedade capitalista.

Então o serviço social brasileiro ao se constituir numa área de produção do conhecimento adensou a sua intervenção na realidade, através da construção de uma cultura intelectual de raiz teórica-metodológica crítica, redefinindo a sua representação intelectual e social, até então caracterizada propriamente pelo exercício profissional no qual a dimensão interventiva tinha grande primazia sob o estatuto intelectual e teórico da profissão.

Por outro lado, podemos verificar que o Serviço Social se apresenta nessa sociedade como profissional autônomo, contudo, se caracteriza por ser trabalhador assalariado. Conforme afirma Raichelis (2011, p.03):

(...) o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá

a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social.

O Serviço Social na atualidade apresenta-se, de acordo com Iamamoto (2009), “acadêmico-profissional e social renovada” direcionando as suas ações profissionais para a defesa intransigente dos trabalhadores e do trabalho, reforçando o seu compromisso com a democracia, com a liberdade, e com a igualdade.

O processo de renovação do serviço social não foi nada fácil, e veio a partir de um movimento de lutas pela democratização da sociedade brasileira, luta da classe operária, “que impulsionaram a crise da ditadura militar: a ditadura do grande capital” (IANNI, 2007 Apud IAMAMOTO, 2009).

Iamamoto (2007, p. 214) reconhece que:

Os restritos investimentos no acervo nas determinações atinentes à mercantilização dessa força de trabalho especializada, inscrita na organização do trabalho coletivo nas organizações empregadoras, dificultam a elucidação e seu significado social – enquanto trabalho concreto e abstrato – no processo de produção e reprodução das relações sociais, no cenário da sociedade brasileira contemporânea (IAMAMOTO, 2007, p.214).

Dessa forma, o sentido social do trabalho profissional do Assistente Social necessita das relações que constitui com os sujeitos sociais que o empregam, os quais têm funções distintas na sociedade, isso é reiterado pela Iamamoto (2007, p.215):

A natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserva nas várias inserções ocupacionais, o significado social do seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas (IAMAMOTO, 2007, p.215).

Deste modo, o Serviço Social brasileiro compôs um projeto profissional crítico e inovador, com bases históricas “hauridos na tradição marxista”, sustentado em princípios e valores éticos humanistas e nas especificidades da formação histórica do nosso país (IAMAMOTO, 2009, p.4).

A ampliação do âmbito de atuação institucional da profissão no Brasil é determinada pelo agravamento das expressões da questão social, como por algumas conquistas democráticas, e do campo anticapitalista, dos direitos e das políticas

sociais, que foi mediada por alguns elementos históricos atinentes a realidade do Serviço Social Brasileiro.

Destaca-se a sociabilidade tecida pela profissão nos últimos quarenta anos que é herdeira da dimensão pedagógica, de resistência, e de emancipação da profissão, das iniciativas e conquistas da categoria, da direção social defendida pelas entidades representativas, como CFESS, CRESS, ABEPSS, para a formação e o exercício profissional.

As dimensões teóricas, ideopolíticas, intelectuais, são responsáveis por um acervo de conhecimento e de socialização desses conhecimentos e princípios, que vão se espalhando no pensamento, na forma como o serviço social desenvolve a sua intervenção e a sua intelectualidade, e a profissão acaba se apresentando como um campo vasto de resistência teórica, política, e ideológica, a lógica capitalista.

À vista disso, os assistentes sociais dispõem e desenvolvem atribuições situadas no âmbito da produção, efetivação, e verificação de políticas públicas, como inclusive na colaboração a movimentos populares e sociais.

Os assistentes sociais brasileiros/as vêm lutando em diferentes frentes e de diversas formas para defender e reafirmar direitos e políticas sociais que, inseridos em um projeto societário mais amplo, buscam cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade, num processo que não se esgota na garantia da cidadania. no projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal (PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

Os aportes e a construção do serviço social a partir dos anos 1980 incidem sob a atuação profissional, mas não se restringem ao horizonte da intervenção direta e imediata, embora mantenha uma unidade dialética e contraditória numa perspectiva de totalidade referenciada por projetos societários que extrapolam o âmbito do serviço social e de qualquer outra profissão.

Ao converter os objetos de intervenção originários das demandas profissionais, em objetos de conhecimento, submetendo-os ao exame, a uma crítica, dentro de uma perspectiva de totalidade, a profissão passa aos poucos a responder nos planos da prática profissional, da pesquisa, da formação, da intelectualidade, as demandas mediatas e imediatas que lhes são postas, apresentando novas e ricas determinações e mediações no trato da economia e da sociedade capitalista, o que contribui para

além das ciências humanas e sociais aplicadas, já viabilizando a sua insurgência ante a divisão social do saber.

Ou seja, o Serviço Social se opõe a essa fragmentação do saber, uma vez que vai na contramão desse processo, justamente por ser uma profissão generalista. No âmbito do serviço social em face das particularidades do seu desenvolvimento histórico e da capacidade organizativa da comunidade profissional é importante reconhecer o peso da sua resistência política expressa na manutenção de uma formação generalista, além de iniciativas que foram determinantes para galgar o estatuto intelectual da profissão.

Os profissionais são sujeitos de formação de uma sociabilidade libertaria e emancipatória, entretanto, coloca-se como um grande desafio a preservação da unidade entre as diversas dimensões da profissão, desta unidade é que pode ser assegurada a resistência ao pensamento conservador, tecnicista, e modernizador tanto no âmbito da pesquisa, da formação, da intelectualidade, e também no exercício profissional.

Na atualidade, o Estado age na questão social por meio de políticas governamentais situadas na pobreza, suprimindo as esferas política e cultural que fundam a pobreza. “Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social” (Iamamoto, p.22, 2001).

Além disso, há uma política do Estado de incentivo fiscal para que as empresas realizem algum tipo de trabalho social, transferindo assim a responsabilidade para a sociedade civil, o que é tido por Iamamoto (2008b) como “nova filantropização”, não mais aquela tradicional e reconhecida feita pelas igrejas, pautada na doação, mas um novo molde, a chamada “filantropia industrial” que segue os parâmetros do mercado, e inova também a mercantilização, atingindo agora até os direitos sociais.

Segundo Iamamoto (2008) “dar conta da questão social hoje é decifrar as desigualdades sociais de classes em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar também as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais” (p.114). Conforme a autora expõe é preciso identificar todos os fenômenos que expressam a questão social, identificar as suas dimensões, para isso é preciso que os profissionais sejam instruídos, propositivos, atualizados, críticos, capazes de cumprir com seus deveres éticos e políticos, rompendo com a alienação da sociedade contemporânea.

### 1.3 FORMAÇÃO E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Mészáros (2005) afirma que a universidade possui uma função social que é a de servir ao modo de produção preexistente. O autor revela que a educação poderia ter o caráter emancipatório necessário para criar mudanças, mas configura-se como mais um instrumento de dominação. Logo, nessas circunstâncias, o processo de formação universitária auxilia o desenvolvimento do capital, uma vez que fornece força de trabalho qualificada, e cria valores que atestam a relação entre as classes sociais. Sobretudo, as instituições de ensino transformaram-se em instituições que corroboram com o processo de acumulação capitalista e cooperam para o “acordo” que promove a reprodução desigual da sociedade.

O autor ainda compreende que numa sociedade na qual a força de trabalho é vendida pelos trabalhadores e apropriada por aqueles que detêm os meios de produção a educação será subordinada a esta lógica. Contudo, Mészáros (2005) entende que se o trabalho fosse universalizado na sociedade, logo a educação igualmente seria universalizada.

Assim sendo, refletir sobre uma reformulação da educação é pensar na “transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

Com base nesse entendimento geral de educação podemos inferir que “a universidade é uma instituição social”, isso quer dizer que ela realiza e manifesta de forma determinada a sociedade na qual compõe. “Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35).

A formação profissional consiste em um espaço de reprodução da profissão, além de se tratar de um contexto no qual a cultura profissional é organizada e reorganizada. Devido a essas características, não é exagero afirmar que o processo de formação profissional envolve um aspecto de complexidade, pois o objeto da profissão é extremamente complexo. Cabe lembrar que o assistente social possui enquanto objeto profissional as manifestações da questão social na realidade, e que esta encontra-se em constante modificação e vem se complexificando, a medida em que as estratégias de reprodução do capitalismo tornam-se mais sofisticadas.

A formação está entrelaçada ao objeto profissional, o que permite compreender os motivos pelos quais o processo de formação profissional é bastante complexo. O processo de formação profissional não se restringe ao ensino em serviço social, trata-se de um processo contínuo e inacabado de auto qualificação. A educação permanente é uma premissa importante para aqueles que escolhem a profissão de assistente social, pois a atualização é sempre necessária para quem lida diretamente com a realidade social.

O assistente social seja aquele que está envolvido com a pesquisa inserido em programas de pós-graduação, ou mesmo aquele que está atuando na prática deve buscar construir conhecimentos sobre a realidade social e sobre as manifestações da questão social na população. A investigação ou pesquisa acerca da realidade é uma das dimensões do exercício profissional.

O ensino acadêmico em serviço social equivalente a graduação objetiva a preparação inicial para o exercício profissional, direcionando o profissional quanto ao referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo. É essencial que durante a graduação os discentes de serviço social compreendam o processo de formação em sua totalidade, o que envolve sua historicidade e sua relação com a realidade social e deve abranger as três dimensões citadas.

A formação profissional é atravessada por diversos elementos sociais e culturais, que introduzem a questão de gênero em seu interior. A profissão é predominantemente constituída por mulheres, e esse fato com frequência é naturalizado à frente da função que as mulheres são incumbidas na sociedade. O ideário de que as mulheres investem em cursos da área da saúde como enfermagem, psicologia, fisioterapia, e serviço social advém do pensamento de que essas possuem aptidões “naturais” para o cuidado e educação, pensamento este que reflete a questão de gênero, no qual são preestabelecidas características e funções sociais conforme o sexo. Desta forma, por mais que as mulheres ocupem o espaço públicos, suas atividades ainda representam a continuidade do âmbito doméstico no seu sentido social.

Além disso, podemos observar que o serviço social é o resultado da dinâmica social, ora atendendo os interesses da classe capitalista, ora consentindo aos interesses da classe trabalhadora. Iamamoto e Carvalho sustam que “o processo de reprodução das relações sociais é também, o processo de reprodução das

contradições” (2009, p. 94), e a profissão se forma na contradição capital-trabalho, de classes portanto distintas.

A preocupação em debater a formação profissional em Serviço Social se coloca na ótica da qualificação dos assistentes sociais para “responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado” (YASBEK, 1984). Pesquisar sobre a formação profissional dos assistentes sociais é extremamente importante para o momento histórico que vivenciamos no país e no curso de Serviço Social da UNESP, momento em que o coletivo do curso pondera os rumos do processo de formação profissional e em que debate e se reconsidera seu projeto político-pedagógico.

A atual conjuntura apresenta muitas “sequelas” e desafios para a evolução do trabalho do Serviço Social, pois este tem que atuar com os

(...) processos de reestruturação produtiva e gerencial das empresas, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo preceitos neoliberais. Ao mesmo tempo em que se erige o mercado como polo regulador da vida social e se afirmam políticas concentradoras de renda, de poder e da propriedade territorial capitalista, um vasto empreendimento ideológico de cunho moralizador envolve a sociedade civil. Ela é agora travestida de uma forma comunitária, dotada de cidadãos solidários dedicados a um empreendimento voltado ao bem comum, dentro de uma ampla estratégia de mistificação. O velho conservadorismo mostra sua face maquiada, apresentando-se como novidade tanto na sociedade como na profissão. E desafia aqueles que o recusam a dispor de clareza teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da questão social, as condições e relações de trabalho do assistente social, de modo a avançar na qualificação do seu exercício e no enraizamento do projeto ético-político profissional nas ações cotidianas e na vida social.” (CFESS, 2002, p. 15).

Conforme retratado por Iamamoto (2006), os novos aspectos do mundo do trabalho, carregam instigações ao Serviço Social, por isso, é necessário que o profissional se atente as novas demandas, entendendo-as e sendo capaz de criar estratégias vinculadas com a luta de classe.

No interior da profissão, a ABEPSS, o CFESS e o Movimento Estudantil dialogam sobre os cuidados para com a formação profissional, no entendimento desses sujeitos representativos da categoria profissional a formação perpassa as instituições de ensino superior que, como instituições, possuem interesses e projetos educacionais distintos, o que nos leva a pensar que a formação acadêmica deve ser compreendida dentro do contexto das especificidades das universidades brasileiras.

O serviço social surgiu como uma estratégia de enfrentamento da questão social proposta pela burguesia, no contexto histórico brasileiro e, podemos perceber que o surgimento da profissão coincide com o fim da escravidão e com o início do assalariamento, e teve forte influência da igreja católica através do apostolado laico.

As entidades criadas pelas igrejas para disseminação da sua doutrina social foram impactantes para a expansão de ações sociais, dando as bases para a criação da profissão. Sendo que o centro de estudos e ação social fundado pela igreja católica representou um marco na atribuição de maior efetividade as ações filantrópicas.

Fundamentados na doutrina social da igreja, os assistentes sociais tinham uma prática conservadora desenvolvendo um papel de educador do povo, seguindo uma perspectiva moralizante de ajustamento dos indivíduos. Nas empresas esses profissionais observavam as aviltantes condições de trabalho e agiam garantindo a passividade dos empregados, enquanto apoiavam melhorias nas condições de trabalho do proletariado, justificando um possível aumento na produção.

Chauí (2001) afirma que a trajetória da formação cultural, social e política em nosso país trilhou, historicamente, uma realidade escravista, da “cultura senhorial”, que é demarcada pelo

predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece (CHAUÍ, 2001, p.13).

Temos desta maneira, uma sociedade atravessada por questões de desigualdades que acabam reforçando a cultura do mando, que é autoritária, na qual o outro não é visto como sujeito, em que os iguais são aqueles que possuem relação de parentesco. O que mais se tem nessa sociedade são práticas tidas como “favor, tutela, e opressão” características que fundamentam o autoritarismo e repercute nos mais diversos espaços da vida social (CHAUÍ, 2001).

Ademais, Castel (1999, p. 17) completa expondo que “o processo de degradação dos eixos que se constituíam nos pilares da sociedade salarial vem pondo em xeque modos de socialização e formas de integração com base no trabalho, revertendo identidades, filiações, formas de coesão e de solidariedade”.

Dentro dessa perspectiva, Mattoso (1995 apud BEHRING, 2003, p. 40) reconhece que, após a chegada globalização e do neoliberalismo, o trabalho passou a apresentar, como particularidade, o receio do mercado de trabalho. Melhor dizendo, não há mais, por parte dos Estados Nacionais, o chamado pleno emprego. Além de que, o autor aponta as diversas inseguranças do mundo do trabalho contemporâneo, as quais: no emprego, com redução ou exclusão da estabilidade, subcontratações, “flexibilização dos salários”, declínio da distribuição renda, avanço da pobreza, desmantelamento das entidades de representação trabalhistas e sindicatos.

Além disto, outro aspecto que se destaca no cenário atual refere-se à criminalização da pobreza dos movimentos sociais. De acordo com Wacquant (2003, p. 72), a criminalização pode ser entendida “num sentido amplo de penalização da miséria, elaborada para administrar os efeitos das políticas neoliberais nos escalões mais baixos da estrutura social das sociedades avançadas”. O que acaba impactando as condições de trabalho do Assistente Social, já que estes estão sendo cada vez mais convocados a agir no controle social da vida das populações miseráveis.

Wacquant (2003) reconhece também que a pressão do capital internacional sobre o alto escalão do Estado tem promovido a desregulamentação social, tornando o trabalho penoso e precário, fazendo com que o Estado retorne as suas origens conservadoras e punitivas, impulsionadas pelo neoliberalismo em detrimento do Estado de Bem-Estar Social. Por esse motivo podemos refletir que a “mão invisível” do mercado laboral conseguiu um apêndice no “punho de ferro” do Estado, que emprega suas forças para controlar as desordens causadas pela disseminação da insegurança social. (WACQUANT, 2003, p. 73).

O autor desenvolve uma importante reflexão acerca do contexto vivenciado em nosso país:

A penalidade neoliberal é mais sedutora e funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século. (WACQUANT, 2011, p. 9).

Ou seja, em nossa conjuntura, misturam-se os já conhecidos componentes históricos de desigualdade social, a frágil evolução da democracia, e o programa imposto pelo ajuste neoliberal. Logo, os efeitos desses “ajustes” tornam-se mais graves, ao mesmo tempo, atraem parte da população brasileira, como pôde-se

acompanhar na aprovação da redução da maioria penal ocorrida em agosto de 2015 pela Câmara dos Deputados, em uma manobra de seu presidente.

Diante o exposto, reconhecemos à necessidade de se pensar as condições de trabalho do assistente social, e as repercussões nas suas condições de saúde, além evidentemente do próprio exercício profissional, aqui neste trabalho destacando um espaço sócio-ocupacional em que há pouca produção acadêmico-científica, e com ínfimo número de contratações comparado ao setor público, portanto uma área de atuação repleta de desafios, e possibilidades. Discorreremos a seguir da prática profissional do assistente social em empresas, com enfoque nos setores de Recursos Humanos e Responsabilidade Social.

## **CAPÍTULO II – O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS**

### **2.1 A TRAJETÓRIA SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS NO BRASIL**

Para a compreensão do Serviço Social nas empresas torna-se necessário traçar sua trajetória histórica. Registros mostram que durante as décadas de 1960 e 1970 houve um aumento no número de vagas para os assistentes sociais nas empresas, tornando esse setor atrativo para o Serviço Social. (FREIRE, 1983; SOTO, 1992; LIMA e COSAC, 2005; RAYA e CAPARRÓS, 2013).

Tal expansão está condicionada a fatores específicos das conjunturas socioculturais, políticas, e econômicas do país, período marcado pelo desenvolvimento industrial caracterizado pela utilização de capital estrangeiro, pela ditadura militar e, sobretudo, pelo capitalismo monopolista. Nesse período, as empresas foram impulsionadas a investir na criação de políticas para o gerenciamento da força de trabalho, considerando a organização política da classe trabalhadora. Essa realidade estabeleceu uma periodização linear, na qual foi possível detectar os fundamentais momentos históricos que assinalaram a evolução da profissão neste contexto.

A ação do Serviço Social junto aos operários pode ser notada desde a formação das primeiras profissionais até a inserção destas em instituições particulares

Por volta da década de 40, o Serviço Social já atuava nas empresas indiretamente através da Previdência Social, dos Serviços Públicos Estatais e dos Centros Sociais, assistencialistas criados paternalisticamente pelos empregadores para assistir ao comerciário ou industriário. (CANOAS, 1982, p.70).

A inserção das assistentes sociais em instituições particulares relacionadas ao trabalho com operariado tem sua origem no ano de 1939 com a formação da Associação do Lar Proletário, o qual Lima (1983) entende ser o primeiro serviço social em instituição particular, que tem por objetivo fornecer proteção e apoio as famílias dos assistidos.

Conforme o relatório da Escola de Serviço Social de São Paulo (apud LIMA, 1983, p.66) o ano de 1940 simboliza o início do trabalho do assistente social na indústria, na então Companhia Nacional de Estamparia em Sorocaba, São Paulo. As

intervenções desenvolvidas pelo Serviço Social em suas experiências primárias na empresa, conforme Iamamoto e Carvalho (1982, p.196) estariam associadas com:

(...) a racionalização dos serviços assistenciais, ou na sua implantação, assim como em atividades de cooperativismo, ajuda mútua e organização de lazeres educativos. Paralelamente (...) nos encaminhamentos necessários a obtenção dos benefícios da legislação social junto aos órgãos de Previdência.

Menegasso (1989) contribui dizendo que a partir de 1940 surge uma nova Política Nacional a qual recomenda:

(...) uma série de medidas assistenciais e educativas necessárias a adequação da força de trabalho as indústrias em expansão, onde a inserção dos profissionais de serviço social nestas entidades patronais criaria ações mais organizadas e padronizadas para o proletariado. (1989, p.278).

Em 1945 ocorre a I Conferência das Classes Produtoras em Teresópolis, em que o empresariado se reuniu para preparar e debater a Carta da Paz Social, a qual tinha temas relacionados as diversas políticas, como a de produção industrial, políticas sociais e trabalhista, dentre outras, além de assuntos da Ordem Econômica e do Estado. Segundo Lacerda e Guedes (2006), a Carta:

(...) preconizara dois princípios básicos do Serviço Social: a justiça social e a melhoria das condições de vida do trabalhador e de sua família. Em decorrência disso foram criadas duas grandes entidades: o SESI na área industrial; SESC na área do comércio". (apud RAMOS, 1984, p.56).

Desta forma, em 1946 surge o SESI – Serviço Social da Indústria, apoiado pela Confederação Nacional da Indústria, desenvolvendo ações assistencialistas, oferecendo auxílio para melhores condições de vida. Iamamoto e Carvalho (1982, p.268) mostram que “será atribuído ao SESI estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria”.

Com o surgimento dessas instituições de atendimento ao proletariado pode-se compreender a necessidade da especialização do trabalho profissional dos assistentes sociais para atuação numa área mais específica.

Nos anos de 1950 o modelo de governo nacionalista de Vargas foi sendo, aos poucos, substituído pelo modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que dava ênfase nas indústrias, optando pela modernização e conseqüente adoção de

novas tecnologias para a racionalização do trabalho (REY, 1993, p.17). Segundo Guimarães (1993, p.06) “o governo Kubitscheck acelerou de forma fantástica o desenvolvimento industrial brasileiro, através da adoção de uma política econômica intervencionista associada ao capital estrangeiro”. Neste período vivencia-se o aumento do processo de industrialização e paralelamente baixo desenvolvimento social. Contudo, foi a partir da década de 1960 que o Serviço Social em empresas obtém maior notoriedade.

Nos anos de 1960, quando o Brasil foi governado por João Goulart, a ênfase ainda era nacional-desenvolvimentista. De acordo com Rico (1982, p.43), é a partir deste período que o serviço social em empresas cresce em nosso país, sobretudo em São Paulo, devido ao polo industrial da época. A autora ainda traz o entendimento que as empresas brasileiras eram em bom número de origem europeia, e foram as primeiras a aceitarem a inserção dos assistentes sociais em seus quadros de trabalhadores. Já as indústrias de matriz americana possibilitaram esta inserção na década de 1970, conforme foi se intensificando o processo industrial.

É válido destacar quais eram as expectativas das empresas ao contratarem assistentes sociais. Sobre isso Rico (1982, p. 42) comenta que “o interesse por esses tipos de profissionais não era fundamentado primordialmente em motivos de bem-estar ao homem trabalhador. Ao contrário, procurava-se atendê-lo, fornecendo-lhe melhorias para que pudesse atingir os níveis de produção”.

Além disso, durante a década de 1960 e 1970 também foram formados grupos de estudos sobre o Serviço Social em empresas. Desta forma Canôas (1982, p.43) menciona o Grupo GESSOT/ SP — Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho, criado em 1969, com iniciativa do Ministério do Trabalho, através do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho. Sobre o mesmo assunto, Rey (1993, p.21) cita o Grupo GOSSE — Grupo Operacional de Serviço Social em Empresa - no Rio Grande do Sul. E Rico (1982, p.55) aborda sobre a atuação do Grupo Meta em São Paulo. Sobre o advento dos grupos de Serviço Social de empresa, Canôas comenta que

(...) os grupos de estudo, e, principalmente os GESSOTs, podem servir como abertura para os profissionais que agem na empresa, possam rejeitar as “relações humanas” como instrumento ideológico da burguesia. E, engajarem-se na perspectiva da ação ideológica da classe trabalhadora. Isto é, intervir junto aos trabalhadores facilitando-lhes suas comunicações,

estimulando a participação social e a gestão de suas vivências na empresa e na sociedade. (1982, p.73).

Os grupos tinham como objetivo a troca de experiências profissionais, estudar, pesquisar, e divulgar a importância da atuação dos mesmos nesses ambientes sócio-ocupacionais.

Durante a década de 1980 houve avanços consideráveis em relação a expansão do mercado de trabalho para o assistente social nas empresas, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, onde o serviço social foi implantado em diversos setores empresariais, promovendo assim aumento no número de contratações, no Estado de São Paulo também pode se observar situação semelhante. (LIMA, 2002)

Em nível nacional, o início da década de 1980 apresenta um recrudescimento no contexto político-econômico, sobre isso Alves (apud Rey, 1993, p.18) afirma que:

A década de 80 foi marcada pelos índices inflacionários crescentes, estrangulamento da economia nacional pelo endividamento externo, achatamento salarial, greves dos trabalhadores (especialmente metalúrgicos), mobilização da sociedade civil por eleições diretas para Presidente da República, pluralidade de partidos políticos e a influência destes junto aos sindicatos.

Ainda, no centro do agitado momento econômico enfrentado na década em questão, a carta Constitucional de 1988 instaura em sua redação avanços significativos relacionados aos direitos trabalhistas, fruto das reivindicações da sociedade civil, tais como:

Adicional de férias;  
 Amplo direito de greve;  
 Assistência aos dependentes em creches e pré-escolas;  
 Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;  
 Horas extras com acréscimo de no mínimo 50%;  
 Indenização compensatória no caso de despedida arbitrária ou sem justa causa;  
 Jornada de 44 horas semanais;  
 Licença maternidade ampliada;  
 Licença paternidade;  
 Participação nos lucros ou resultados da empresa;  
 Seguro-desemprego;  
 Direito a eleição de um representante dos trabalhadores para entendimento direto com os empregadores. (REY, 1993, p.19).

Ao relacionar o desenvolvimento do mercado de trabalho do assistente social com o avanço das relações trabalhistas em nosso país, observa-se que a década de 1980 é o período no qual o serviço social se colocava a serviço da classe operária, contrariando, o fato de que, antes, a profissão encontrava-se a disposição da classe dominante. Exigia-se dos profissionais de serviço social atitudes adaptativas em prol do equilíbrio entre as classes, sem a preocupação de atingir as causas estruturais das desigualdades sociais.

A partir desse momento, nos anos de 1980, as ações profissionais nas empresas, não visavam somente promover a adaptação da classe empobrecida ao meio, mas assumiram nova postura, envolvendo todos os indivíduos num processo de busca por melhorias na sua qualidade de vida, incluindo-se assim as condições de trabalho. (REY,1993).

Para Canôas (1982, p.39) é através do pensamento marxista que o serviço social adquire uma concepção científica da realidade humana, originando com isso uma mudança do enfoque dado ao objeto, ao seu objetivo, e aos seus procedimentos metodológicos. O autor ainda discorre que:

O materialismo dialético e histórico, fundamentando a teoria do Serviço Social, direciona a ação dessa prática para a transformação social, na medida em que o Serviço Social desenvolve uma prática política, cultural e econômica junto ao proletariado. O Serviço Social, com o método dialético, obtém uma nova concepção do mundo: da natureza, da sociedade e do homem. Rompe, necessariamente, com a ação modernizadora, a-história, isto é, de melhoria, adaptação humana a estruturas imutáveis e próprias do capitalismo. Esta prática pode facilitar a ação transformadora do proletariado na criação da sociedade verdadeiramente humana. (CANÔAS, 1982, p. 39).

Segundo Canôas (1982) os objetivos do serviço social são pautados nas condições de trabalho desses trabalhadores, nesses objetivos estão inclusas práticas sociais, políticas, e econômicas, sendo necessário que o assistente social investigue e intérprete a realidade de cada trabalhador afim de conhecê-la, já que é a partir disso que o “Serviço Social no trabalho pode planejar sua ação, operacionalizando-a concretamente. Elabora planos, programas e projetos. Realizando pesquisas, administrando programas, assessorando e avaliando sua ação”. (CANOAS, 1982, p.41).

Para Rey (1993), o serviço social nas empresas deveria possibilitar aos trabalhadores o desenvolvimento pleno de sua profissão, oferecendo-lhes o suporte necessário, e auxiliando nas suas necessidades individuais e sociais, entretanto, a

autora ainda adverte que as empresas tendem a contratar assistentes sociais com o objetivo de mitigar possíveis conflitos advindos da relação capital e trabalho, reduzindo problemas, engajando os trabalhadores, e garantindo o sucesso produtivo. Sobre essa tese, César (1999, p.170) afirma que:

O Serviço Social foi requisitado pelas empresas, sobretudo para responder aos problemas que interferiam no processo de produção - absenteísmo, insubordinação, acidentes, alcoolismo, entre outros — a atuar nas questões relacionadas a vida privada do trabalhador, que afetavam seu desempenho no trabalho — conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças — e a executar serviços sociais asseguradores da manutenção da forma de trabalho.

A década 1990 foi marcada pela reestruturação produtiva, período no qual o serviço social em empresas passa por uma série de mudanças devido a nova racionalidade técnica e ideopolítica advinda da Gestão de Recursos Humanos. Diante disso, o serviço social se aproxima da necessidade de conhecimento sobre o funcionamento das organizações, afim, de desenvolver ações conforme as requisições das empresas.

Nessa década também o Brasil enfrenta uma forte recessão econômica, com o mercado cada vez mais competitivo, foi necessária uma reestruturação do sistema econômico como forma de solucionar à crise global daquele momento. De acordo com Dias (2016 apud MOTA, 1998, p. 27)

(...) todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente resposta do capital as suas crises. Para fazer-lhes a frente é absolutamente vital ao capital — e aos capitalistas - redesenhar não apenas sua estruturação econômica, mas, sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação. Assim, o momento atual da subsunção real do trabalho ao capital - conhecido ideologicamente como a III Revolução Industrial — exige uma modificação das regras da sociabilidade capitalista, modificação essa necessária para fazer frente a tendência decrescente da taxa de lucro.

O processo de reestruturação produtiva introduziu no âmbito da produção a tecnologia, possibilitando a produção de mercadorias por meio da racionalização do trabalho, com a finalidade de aumentar a produção e reduzir os custos operacionais. Na esfera social essa década foi marcada pelo crescente desemprego, precarização dos postos de trabalho, baixos salários, e desestabilização dos sistemas de proteção social.

Surge, portanto, uma nova dinâmica na relação entre exclusão/inclusão dos trabalhadores na economia. A externalização da produção, ao mesmo tempo em que determina a exclusão dos trabalhadores do trabalho socialmente protegido, cria outras formas de inclusão na economia, que tem na insegurança e na desproteção do trabalho as suas principais características. (MATTOSO 1995 apud MOTA, 1998, p.32).

À vista disso, o assistente social é chamado para gerir e interpretar as novas configurações e manifestações da questão social, demandando assim:

(...) novas exigências, condições e relações de trabalho que precisam ser identificadas e analisadas para que o assistente social possa desenvolver um exercício profissional crítico e propositivo comprometido com a consolidação da igualdade de direitos e da equidade social e contra todas as formas exclusão social. (SARMENTO 2007 apud AMPESE, 2004, p. 24).

Segundo Kameyama (1999, p.200), as empresas adotaram formas de enfrentamento em resposta à crise do capital, isso compreende: redução dos custos pela diminuição do quadro de pessoal, pagamento da hora extra como forma de compensar a falta de trabalhadores, a estruturação de programas que estimulavam os altos níveis de produtividade e a competição entre os trabalhadores, terceirização etc. A autora ainda explica que o modelo de gestão empresarial adotado era de origem japonesa, tido como Toyotismo, que buscava atingir a qualidade nos processos gerenciais, introduzindo novas técnicas no processo operacional de produção.

As intervenções do assistente social continuam sendo requisitadas pelas empresas como estratégias de controle da força de trabalho. Essas surgem devido a reestruturação produtiva, buscando construir um novo comportamento social da classe operaria dando prioridade a seu potencial produtivo.

A principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais, culturais) quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes as exigências de sua refuncionalização. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 26).

Sendo assim, pode-se compreender que a reestruturação produtiva fez com que as empresas adotassem uma nova cultura de trabalho, com base na qualidade e na diminuição dos custos, construindo, desta maneira, a chamada política de Recursos Humanos. Essa que envolve os interesses do trabalhador para com as metas da empresa.

A atuação do assistente social em empresas, tradicionalmente, foi requerida para atendimento da necessidade das empresas no controle social, acompanhando a qualidade dos produtos e dos serviços prestados.

Ou seja, a prática profissional do Serviço Social tinha como premissa conter revoluções, atendendo assim os interesses da classe burguesa, detentora dos meios de produção, apresentava-se como um mediador da relação de trabalho e capital. Essa concepção é nítida no Brasil, no período desenvolvimentista, na época em que existia o serviço social de grupo, comunidade, na qual as metodologias do trabalho do assistente social eram direcionadas para evitar tensões dentro da lógica e exploração do trabalhador.

Vale refletir que, na contemporaneidade, a concepção de trabalho do assistente social é bem diferente, sobretudo nas empresas. Pode-se compreender que, após o rompimento do serviço social com o conservadorismo a partir do movimento de reconceituação da profissão, que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, a profissão conseguiu superar as práticas tradicionais e conservadoras, a partir de uma opção teórico-metodológica crítica para a interpretação da realidade social, apresentando-se com um novo perfil profissional. Destacando-se como profissão comprometida com os interesses da classe trabalhadora e de um novo tipo de sociedade.

Esse movimento permitiu que o serviço social conseguisse adquirir um olhar crítico, fundamentado por uma vertente teórico marxista, trazendo novas formas de pensar, agir e intervir na realidade social.

Essa mudança de concepção ocorrida no interior do serviço social é o que permitiu avanços no desenvolvimento profissional. Nesse sentido Mota (1985, p. 16), corrobora:

A presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

## 2.2 GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Diante de um mundo globalizado e um cenário empresarial altamente competitivo as organizações buscam criar estratégias para se adaptarem as exigências de mercado. Clientes mais exigentes, preocupação ambiental, investimentos em tecnologias verdes, e a necessidade de promover um desenvolvimento econômico-social contribuem para que as empresas tenham um novo papel na sociedade. (GUESTA; LEITE, 2010). Como característica fundamental da globalização destaca a inexistência de limites entre povos e regiões, transformando em uma espécie de “aldeia global” (MCLUHAN, 1972).

A terminologia acima foi utilizada pela primeira vez no ano de 1962, por Hebert Marshall McLuhan importante pensador que trouxe diversas contribuições ao campo das comunicações, a ideia era de que todos os seres humanos estavam de certa forma interligados, realizando trocas de todas as maneiras possíveis como em uma tribo pré-histórica.

Na era das informações instantâneas e mudanças dinâmicas, os negócios foram diretamente impactados por aquilo que pode se tornar uma vantagem sobre o/a concorrente.

O conteúdo infinito de informações disponíveis, podem trazer oportunidades e riscos a imagem da empresa, o desafio é apurar aquilo que tem relevância para os negócios principalmente em tempos de *Fake News*. Importante entender os reflexos dessa globalização para que possa avançar na compreensão do significado da responsabilidade social que está diretamente ligada as mudanças na sociedade, ao neoliberalismo e os seus rebatimentos, tanto a nível social, empresarial e econômico.

Com todas as complexidades advindas do neoliberalismo houve também um fator agravante, a reestruturação produtiva, que provocou mudanças nos modelos de produção e consumo, além de afetar diretamente as relações interpessoais. No processo foram adotadas técnicas toyotistas de produção, como a flexibilização da produção e *just-in-time*, eliminando os estoques, e desenvolvendo novas possibilidades de produção sob demanda.

Nesse contexto, a responsabilidade social ganha maior notoriedade, e diversas áreas do conhecimento já se dedicam a estudá-la e analisam os seus impactos no contexto social produzidos a partir das organizações. Responsabilidade pressupõe ética e todas as ações visam contribuir de maneira constante e não esporádica a sociedade “O intenso processo de exclusão social em que se vive hoje torna urgente

a melhoria de aspectos de caráter social e não apenas o desenvolvimento das bases econômicas da sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p. 78).

Ainda que muitas empresas tenham dificuldade em assumir um compromisso social, devido as despesas, períodos cíclicos de crises, e a falta de uma gestão estratégica, o investimento em responsabilidade social é um diferencial para o negócio sobreviver, por mais que pareça um pensamento paradoxal. A busca por alternativas viáveis cresce à medida que a concorrência predatória toma conta do mercado.

Na contemporaneidade, empresas dos mais variados portes e segmentos estão atentando-se para uma nova percepção de seus clientes em relação a sua marca, e aos serviços e produtos oferecidos. Entenderam que a responsabilidade social pode influenciar na sua reputação, na sua relação com outras empresas, governos, mídia, fornecedores, e a comunidade em que opera, tudo isso afeta sua vantagem competitiva, e sua capacidade de atrair e manter bons colaboradores. (ABNT, 2010).

Conforme Giesta e Leite (2010), refletir sobre a responsabilidade social consiste em retornar no tempo, para compreensão quando os negócios e a comunidade estavam estritamente ligados, e que tal ligação esgota-se com as revoluções industriais. Nesse sentido, Chriman e Carroll (1984 apud GUESTA; LEITE, 2010, p. 24), versam que

(...) o primeiro diálogo entre organizações e sociedade ocorreu no campo filantrópico, cuja lógica não está centrada na reversão dos impactos produzidos no meio social, mas em ações compensatórias, como doações a instituições de caridade”.

Segundo Oliveira (2013), em 1943, Howard Bowen publica o primeiro material com ideias sobre responsabilidade social, nomeado como *Responsibilities of the Businessman*, no qual demonstrava a interferência dos negócios na vida das pessoas. Pensamentos esses que chegaram até as universidades e organizações, iniciando as discussões sobre o impacto social das organizações na sociedade.

Oliveira (2013 p. 73) aponta que Bowen, em sua obra, “trata exatamente da responsabilidade social como doutrina voluntária a ser aceita pelos homens de negócios”, evitando, assim, a ampliação do movimento socialista. O conceito foi altamente difundido por volta da década de 1960, em alguns países europeus e nos Estados Unidos, e de acordo com Rheinheimer (2005, p. 20) tem o objetivo de

“estimular a participação das empresas em programas da sociedade civil organizada, bem como desenvolver ações sociais na comunidade local, onde estão inseridas”.

As empresas passaram a se preocupar com as manifestações da sociedade, mas com propósito de manutenção das organizações, devido a nova forma expressa de pensamento da sociedade, e a guerra do Vietnã, período de tensões da bipolarização na guerra fria, no qual as ideologias do comunismo e capitalismo duelavam pela hegemonia mundial. Até então as ações de responsabilidade social eram exclusivas do Estado, no entanto, os movimentos sociais saem as ruas exigindo maior transparência, e ampliação da garantia dos direitos, além de atenção ao meio ambiente.

A década de 1960 foi um grande marco para o pensamento de preservação ambiental, e sustentabilidade, foi nesse período em que foram iniciadas as discussões sobre a temática “meio ambiente” que culminaram na Conferência do meio ambiente em Estocolmo e na criação do “Clube de Roma”, que publicou o relatório *Limits to growth*, demonstrando a impossibilidade de crescimento sem planejamento de um sistema que depende de recursos naturais.

Esta conferência destacou o uso indiscriminado dos recursos naturais, dando início a uma nova ordem intitulada “Desenvolvimento Sustentável”, conceituado como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (MARTINS et al., 2010, p. 459).

Entre as décadas de 1960 e 1970 houve também a crise no Estado de bem-estar social, empresas capitalistas travaram uma disputa com trabalhadores na tentativa de defesa dos seus próprios interesses, fato que ampliou o exército industrial de reserva. A desunião entre capital x trabalho ocorreu pela dificuldade em harmonizar os gastos públicos com o crescimento da economia capitalista. A França, por exemplo, instituiu a necessidade de apresentação do balanço patrimonial das organizações, “divulgando quadros com dados relativos à gestão pessoal, às condições sociais, juntamente com as tradicionais demonstrações financeiras” (SUCUPIRA et al., 2010 p. 34).

De acordo com Siqueira (2005), foi somente nas décadas de 1970 e 1980 que o tema ganhou importância no âmbito acadêmico e científico, “O estudo da responsabilidade social não é uma ciência. É uma área de interesse interdisciplinar e

multidisciplinar, transitando pelos campos de várias ciências sociais e humanas, até mesmo da filosofia”. (OLIVEIRA, 2008, p. 10).

Outro fato que chama a atenção são os acontecimentos que fazem com que nasça a responsabilidade social empresarial (SUCUPIRA et al., 2010) na década de 1980, grandes desastres ambientais causados por corporações transnacionais colocam em evidência a importância de debater os efeitos das ações empresariais frente ao meio ambiente e a sociedade. Nessa perspectiva, a empresa deve assumir sua responsabilidade pelos problemas sociais, além de assumir a capacidade de utilizar de suas ferramentas para enfrentá-los.

Na década posterior, 1990, surgem inúmeras instituições com o objetivo de auxiliar as demais organizações nos quesitos de transparência, e sustentabilidade, além de certificações, criando a partir de então, normas certificadoras e regulamentadoras, como a *Social Accountability* (SA) 8000, ISO 9000, ISO 14000, dentre outras (SIQUEIRA, 2005).

Apesar de não ocorrer na mesma época, as discussões sobre a responsabilidade social chegaram também no Brasil. De acordo com Oliveira (2013), no Brasil, a classe empresarial formou-se tardiamente comparado a outras nações e foi, a partir da década de 1930, que houve sua expansão, principalmente, porque até então o domínio era da atividade agroexportadora. Depois de grandes marcos históricos em nível mundial foi que o país começou a se desenvolver. A elite passou a buscar estratégias de enfrentamento às reivindicações da classe trabalhadora, considerando os embates dos operários em busca por melhores condições de vida e de trabalho. Esse movimento da classe trabalhadora forçou a classe empresarial a definir estratégias de controle para sanar a realidade conflitante, o que viria a servir também como uma espécie de marketing social.

As discussões iniciam-se em meados de 1960, através da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), entendendo que as organizações empresariais deveriam gerar além de bens e serviços, como também ações de bem-estar voltadas a comunidade. A ADCE embasava-se na doutrina da igreja, sua orientação ia no sentido de ajuda solidária das empresas, em busca de um “bem comum” “A responsabilidade social empresarial era encarada muito mais como um dever cristão do que como uma efetiva noção a ser incorporada pelas práticas de gestão empresarial” (OLIVEIRA, 2013 p. 180).

A transparência, um dos principais pilares da responsabilidade social, desenvolveu-se a partir dos anos de 1980 com a prestação de contas das organizações por meio do balanço social, especialmente de empresas estatais. Conforme Oliveira (2013), esse documento, de caráter obrigatório, posto pela primeira vez em 1977, pela França, posteriormente, também o foi por outros países, como Espanha, Holanda, Bélgica, Alemanha, Portugal.

De acordo com Siqueira (2005), o tema só causa impacto nacional a partir da campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, idealizada por Herbert de Souza, o Betinho, no ano de 1993. Já para Carrieri, Silva e Pimentel (2009), a temática responsabilidade social e empresas somente alcançou perceptibilidade a partir de 1998, com a criação do Instituto Ethos<sup>1</sup>.

As primeiras organizações empresariais privadas a aproximarem-se de maneira institucional, apoiando a Campanha contra a Fome, que desde o seu início contou com uma ampla participação de empresas públicas e estatais como Petrobras, Banco do Brasil, Furnas e Caixa Econômica Federal, organizadas a partir de 1994 no Comitê das Empresas Públicas no Combate à Fome (COEP), foram a Fundação Abrinq e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) (TORRES, 2003, p. 147).

Compreende-se que foi na década 1990 que houve a consolidação da responsabilidade social no Brasil, possibilitando a ampliação das discussões e produções a níveis acadêmicos e profissionais sobre a temática, além da criação de instituições que reforçaram a necessidade de debater o tema. Herbert de Souza mais uma vez contribui com uma campanha em prol da divulgação do balanço social das empresas.

Analisando a história pode-se identificar as regiões de maior concentração de riquezas, de indústrias e, conseqüentemente, da elite empresarial do país, os debates acerca da responsabilidade social iniciaram-se e ainda são mais frequentes nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Dados do (IPEA) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revelam que entre 2000 e 2004, cresceu em 10 pontos percentuais o quantitativo de organizações que realizam alguma ação social, significando uma média de 600 mil empresas.

---

<sup>1</sup> O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Dessas, 50% estão localizadas no Sudeste, sendo acompanhadas pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e, por último, com apenas 3% das organizações que desenvolvem alguma atividade em prol a sociedade, a região Norte (BRASIL, 2010). É válido ressaltar que muitas empresas se utilizam de outras nomenclaturas para tratar da temática, como: “cidadania empresarial”, “ética nos negócios”, “empresa cidadã”, porém todas essas concepções estão abarcadas na responsabilidade social.

### 2.2.1 Conceitos Importantes Sobre a Responsabilidade Social Empresarial

Compreender a responsabilidade social em cada período sócio-histórico ajuda a pensar que as empresas são chamadas a atuar de formas distintas de acordo com o contexto, respondendo a demandas singulares. Utilizando o quadro de Oliveira (2013, p. 79) pode-se observar a evolução do conceito de Responsabilidade Social em cada período da história.

**Quadro 1:** A evolução do conceito de Responsabilidade Social em cada período da história.

PERÍODO HISTÓRICO	CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS
Feudalismo na Europa	Compromisso das organizações produtivas da época era para com Deus, igreja e povo em geral. Os donos de terra e comerciantes locais tinham responsabilidade para com os pobres num contexto em que o acúmulo de riquezas era algo perverso.
Mercantilismo (século XIII – XV)	Compromisso das empresas na Europa passou a ser com o fortalecimento do Estado-nação, especialmente mediante a participação nas expedições colonizadoras e pagamentos de impostos à coroa.
Fase da industrialização (iniciada entre os séculos XV e XVIII, estendendo-se até meados de 1980)	Compromisso das empresas era com a produtividade e a lucratividade dos negócios. A estratégia de gestão dominante era a do shareholder (acionista).
Fase pós-industrial	Pressão da sociedade exigindo maior transparência e atenção aos interesses dos vários grupos da população e não apenas acionistas. A estratégia de gestão dominante é a do stakeholder (todos os públicos envolvidos no negócio).

**Fonte:** adaptado de Oliveira, C. M. (2013, p. 79).

Oliveira (2013, p. 80) ainda aponta que “embora com o objetivo original da lucratividade intacto, as organizações empresariais foram assumindo funções sociais específicas de acordo com as configurações históricas presentes em cada época”.

Atualmente, o conceito de Responsabilidade social mais utilizado é o do Instituto Ethos:

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (GADIOLI et al., 2006, p. 180).

### **2.3. Política de Recursos Humanos nas Empresas**

Em relação a política de gestão de pessoas conhecida também como gestão de recursos humanos, surgiu da necessidade das empresas se reestruturarem, portanto, não deve ser desfocada do surgimento e expansão da reestruturação capitalista, que ocorreu por volta da década de 1990 no Brasil.

Sobre a reestruturação produtiva, Harvey (2000, p. 135) apresenta que essa iniciou-se em países de economia capitalista avançada entre as décadas de 1960 e 1970 e o processo foi evidenciado pela “incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo”.

A partir da reestruturação produtiva, começam a existir novas formas de acumulação, como a “acumulação flexível” que necessariamente traz novas formas de gestão. Sobre essas, Pimenta (1999) comenta que há quatro indicadores essenciais: a transformação social das empresas, a emergência de um novo “modelo de trabalhador, a mudança no paradigma fordista/taylorista, além da transformação do trabalho.

Tais indicadores foram identificados por Araújo (2005), quando estudou sobre o novo paradigma do Sesi na década de 1990. Para a implementação de uma prática empresarial voltada a gestão de pessoas é requerido investimentos em ações que contribuam para o bom desenvolvimento das atividades dos colaboradores, em outras palavras “para mobilizar e utilizar plenamente as pessoas em suas atividades, as organizações estão mudando os seus conceitos e alterando as práticas gerenciais” (CHIAVENATO, 1999, p. 4).

Houve uma mudança significativa naquilo que antes era o centro das atenções empresariais, a estrutura organizacional, que a partir de 1990 começa a perder espaço

para os aspectos dinâmicos, ou seja “as pessoas passam a ser a principal base da nova organização” (CHIAVENATO, 1999, p. 4). A nova perspectiva provoca mudanças de nomenclaturas: o que até então era chamado de “Administração de Recursos Humanos” (ARH) torna-se “Gestão de Pessoas”.

É importante entender que não foi apenas uma mudança de nomenclatura, o novo termo surge como estratégia empresarial para alcançarem maior comprometimento dos trabalhadores, os quais possuem conhecimentos extremamente relevantes para o desenvolvimento das organizações.

Vive-se uma profunda reorganização que aproxima de uma nova realidade e apresenta novos termos como: colaboradores, gestão de pessoas, gestão participativa, flexibilidade entre outros. A ênfase agora é dada ao potencial humano, priorizando a sua qualidade de vida no trabalho, para que se atinja maiores níveis de produtividade. Nessa direção o lema é quem trabalha feliz e seguro consequentemente produz mais e de forma mais qualitativa.

Ao refletir sobre a gestão de pessoas faz-se necessário complementar o seu sentido no âmbito corporativo

De escolher entre tratar as pessoas como recursos organizacionais ou como parceiros da organização. (...) como recursos, eles precisam ser administrados, o que envolve planejamento, organização, direção e controle de suas atividades, já que são considerados sujeitos passivos da ação organizacional (...). Mas as pessoas podem ser visualizadas como parceiros das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, capacidades e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações — a inteligência, que proporciona decisões racionais e imprime o significado e rumo aos objetivos globais. Desse modo, as pessoas constituem o capital intelectual da organização. (CHIAVENATO, 1999, p. 7).

É importante destacar que a citação possui uma carga ideológica, que ajusta os trabalhadores como sendo parceiros de um empreendimento, como se proprietários e trabalhadores partilhassem das mesmas condições sócio objetivas e repartissem entre si os lucros, entretanto a mudança não é tão drástica a esse ponto, ainda que apresente novas concepções e significados do trabalho e de sua realização, a contradição capital/trabalho ainda permanece ali e, talvez, mais acentuada do que antes.

A presença do assistente social em empresas atuando na área da gestão de pessoas, e/ou responsabilidade social reforça o que lamamoto (2001, p. 130) comenta sobre o crescimento do número de vagas nas instituições capitalistas.

Esses têm sido chamados a atuar em programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, sindicalismo de empresa, reengenharia, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros programas.

Isso nos mostra aliás, que o assistente social deve adquirir novas competências e funções, entre elas, as orientadas para a gestão e planejamento, “inscritos em equipes interdisciplinares que tensionam a identidade profissional” (IAMAMOTO, 2002, p. 37).

Haja visto que na área de recursos humanos não se requer em muitas das vezes aquelas atribuições que são privativas do assistente social, com exceção aos casos em que são exigidas à matéria do Serviço Social, como para a orientação do programa de estágios, desenvolvimento de estudos sociais, pareceres técnicos para a comprovação das expressões da questão social.

As competências necessárias para o assistente social na área empresarial são gerenciamento de conflitos, conhecimento da legislação trabalhista, técnicas de negociação, auxiliar na educação permanente dos colaboradores como estratégia para valorizá-los, planejamento, organização, como diz lamamoto (2002, p. 38), “conhecimento e *know-how* na área de RH e relações de trabalho, entre outros”.

Muito espera-se da escuta profissional dos assistentes sociais, mas essa escuta necessariamente precisa ser qualificada, feita a partir de embasamentos teóricos obtidos dos conhecimentos de outras áreas como da Pedagogia, Administração, Psicologia, isso não quer dizer que o assistente social irá exercer a função destas profissões, porém o mesmo deve encontrar novas formas de mediações para solução das questões postas.

Mediação pressupõe uma ação reflexiva, portanto a interdisciplinaridade e a pesquisa são importantes ações para romper com impressões pessoais, como diz Freire (2003, p. 17), mediação é um processo ontológico e reflexivo, e, a reflexão ocorre no momento em que se procura “captar processos anteriores e ocultos, com suas múltiplas mediações ontológicas, que estão por trás da aparência imediata”.

Diante o exposto pode-se perceber não só a possibilidade de atuação do assistente social junto ao setor de gestão de pessoas em empresas, como a relevância do trabalho por ele desenvolvido, a natureza interdisciplinar da área,

assegura a condição de se realizar mediações direcionadas a atenção a saúde do trabalhador, o que viabiliza respostas profissionais mais objetivas.

A área traz desafios significativos e demandas específicas, mas, o profissional deve sempre fundamentar-se no Código de Ética Profissional de 1993 e seguir o norte do Projeto Ético-Político Profissional. O trabalho nas empresas deve ir no sentido de predicamentar os múltiplos serviços em benefício dos trabalhadores, a partir da melhoria das relações de trabalho, que se dá através da solução dos conflitos, na comunicação, na consolidação dos sujeitos, e com o incentivo à educação permanente dos trabalhadores.

A presença do assistente social em empresas reforça também a cultura interdisciplinar, capaz de fazer com que seja possível a construção de grupos para a discussão das dificuldades institucionais e as formas de seu enfrentamento, além de aumentar o número de profissionais capacitados para atuar na área de gestão de pessoas, responsabilidade social, meio ambiente, o que garante uma assessoria qualificada ao núcleo de RH.

Diante das mudanças ocasionadas na área de Recursos Humanos, os assistentes sociais devem ter consciência da questão ideopolítica que perpassa essa área empresarial. Nesse espaço ocupacional o Serviço Social deve ultrapassar a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa e avançar na dimensão ético-política. A utilização de metodologias e instrumentais de trabalho que possam favorecer e garantir uma ação propositiva, criativa e crítica capaz de atender as demandas da classe trabalhadora torna-se fundamental ao assistente social. A escuta sigilosa e atividades socioeducativa na perspectiva crítica devem ser constantes no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais que atuam nas empresas.

Por fim, reafirma-se a importância que as universidades têm para promover a aproximação teórico/prática dos estudantes de serviço social não apenas com as áreas tradicionais empregadoras, mas, também, com os campos de atuação profissional que vem modificando a partir das mudanças estruturais da sociedade. Percebe-se que nesses espaços sócio-ocupacionais existem incontáveis possibilidades para a intervenção profissional, apesar dos desafios, os Assistentes Sociais destacam-se pela participação em equipes interdisciplinares e na transdisciplinaridade caracterizadas pelo universo empresarial.

## 2.4 AÇÕES E ATRIBUIÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ASSISTENTE SOCIAL NAS EMPRESAS – ANÁLISE DE ESTUDO

Como pode-se notar com as reflexões dos capítulos anteriores, nas últimas décadas a atuação do assistente social em empresas privadas passa por modificações, sendo tomada por novas exigências e qualificações, nesse espaço sócio-ocupacional, assumindo uma configuração e um estatuto diferente daqueles apresentados nas ações problematizadoras do projeto profissional anterior à década de 1980 (SOUZA; CHAVES, 2017).

Souza e Chaves (2017) apontam ainda que o Assistente Social constantemente passa por uma necessária reatualização de sua intervenção, de modo a incorporar instrumentos para que possa atuar de forma a prevenir de acidentes e patologias, além de despontar a valorização de atividades desportivas e recreativas pensadas justamente para o combate ao “stress”, sem que se olvide de sua responsabilidade social.

Diante deste cenário, importa que se conheça e problematize quais são as demandas dirigidas ao trabalho do Assistente Social, estas que constantemente se renovam nessa área de atuação, de modo que se possa qualificar tanto o exercício profissional quanto a formação deste profissional. Com o advento da reestruturação produtiva o trabalho do assistente social é solicitado para agir frente as situações de trabalho que interferem na produtividade das empresas e nas necessidades pessoais de reprodução familiar e material. (LIMA; COSAC, 2005)

Lima e Cosac (2005) discorrem também quanto como são requisitados também, o assistente social na atualidade, para planejar projetos mais amplos, estes que não se atém ao público interno da empresa, havendo, portanto, a necessidade de uma ação mais dinâmica vinculada a uma espécie de marketing empresarial com práticas modernas de gestão de tempo e trabalho.

Quanto as novas demandas postas ao trabalho do assistente social, Souza e Chaves (2017, p. 5, apud AMARAL; CÉSAR, 2009) destacam “a participação nos programas Participativos que são pautados pela Qualidade Total, de Qualidade de Vida, de Treinamento e Programas de Clima ou Ambiência Organizacional.”. Além disso, refletem que as

análises tem indicado até aqui os contornos assumidos pela dinâmica de acumulação do capital no contexto da reestruturação flexível e os impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Ressaltamos que a atuação profissional nas empresas passa a requerer cada vez mais habilidades e a experimentar condições de trabalho diversificadas, neste sentido, é importante buscarmos aprofundar nossas análises acerca das requisições apresentadas pelas instituições empregadoras, as demandas apresentadas, bem como as condições de trabalho deste profissional. (SOUZA; CHAVES, 2017, p. 5)

Dando continuidade as reflexões trazidas na publicação de autoria de Alessandra Ribeiro de Souza e Elisa Ribeiro Chaves, que investigaram a atuação do Assistente Social em empresas privadas: notas sobre a produção da categoria, realizada em 2017 e publicada nos anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Esse artigo nos orientou para novas leituras de novos artigos publicados.

O artigo em pauta apresentou como recorte de pesquisa o período recente compreendido entre os anos de 2010 até abril de 2016, buscando em todas as revistas do período, encontrando um total de 25 edições. Essa pesquisa foi desenvolvida através da busca em todas as edições pelos descritores “empresa privada”, “assistente social” que deveriam constar nos títulos dos artigos.

A busca resultou na identificação de apenas quatro artigos, sendo eles publicados em setembro de 2010, maio de 2011, junho de 2013 e abril de 2015. A revisão dos artigos indicou importantes elementos acerca das condições de trabalho do assistente social e das novas configurações assumidas nas empresas privadas que buscaremos apresentar e problematizar. (SOUZA; CHAVES, 2017, p. 5).

Como resultado, destacou-se a incorporação da chamada Responsabilidade Social das Empresas (SER) como meio de agregar valor à marca empresarial, tornando-se um novo campo de atuação de assistentes sociais, viabilizando os níveis de acúmulo de discursos que versam quanto às questões sociais, sem que se olvide, no entanto, de que as práticas sociais destas mesmas empresas não são a solução para o pauperismo em que a maior parcela da população se encontra, além do relembrar de que não há a possibilidade da crença no comprometimentos do mercado com a superação das desigualdades e mazelas sociais (SOUZA; CHAVES, 2017 apud MENZES, 2010). Ainda sobre a RSE, discorreram as autoras que

A partir da identificação de que a RSE nas empresas é uma área que tem inserido assistentes sociais, é importante que se tenha nitidez acerca de seus

objetivos e sua incapacidade no enfrentamento da questão social e ainda que se tenha compreensão de como a responsabilidade social se situa na lógica do capital como uma estratégia de marketing e de isenção de impostos. (SOUZA; CHAVES, 2017, p. 6).

Não obstante, analisou-se o processo de precarização do assistente social no contexto geral a partir da problematização de parte das dimensões deste processo na contemporaneidade, de modo que pôde-se compreender a relevância de o Assistente Social entender-se como trabalhador assalariado, e a partir disso, este compreender que este sofre os impactos decorrentes do processo da reestruturação produtiva do capital, especialmente no que tange à superexploração do trabalho, este que resulta da redução gradativa dos trabalhadores, desencadeando, inclusive, patologias

Torna-se urgente, pois, a formulação de uma agenda de pesquisa que possa produzir conhecimentos sobre essas situações de sofrimento do assistente social, pois é daí que poderão resultar subsídios fundamentais para a continuidade das lutas e embasamento de novas reivindicações e direitos que particularizem as específicas condições de trabalho do assistente social no conjunto da classe trabalhadora. (SOUZA; CHAVES, 2017, p. 7-8 apud RAICHELIS, 2011, p.435).

Diante disto, ressaltou-se a relevância da compreensão de como tem se dado as relações de trabalho dentro dos espaços privados, vez que este também se sujeita à precarização, à terceirização, além de novas requisições institucionais.

Apontou-se também a análise acerca do trabalho do assistente Social em duas empresas de consultoria, relatando o papel do assistente social neste espaço, destacando relevantes elementos quanto as condições de trabalho dos Assistentes Sociais como a utilização de nomes genéricos em seus cargos, além das relações autônomas de trabalho em relação à empresa a qual se vincula, sem que se olvide dos contratos celetistas, bem como a existência de banco de cadastro de profissionais em todo o território brasileiro e na América Latina, cujos atendimentos são demandados 24 horas a partir de central telefônica ou a partir de atendimento móvel, considerando os profissionais enquanto consultores externos para as empresas clientes tendo-se em vista que estes não as integram legal e administrativamente os quadros dos que demandam. (SOUZA; CHAVES, 2017). Neste íterim:

Os elementos apontados indicam como a precarização do trabalho atinge o assistente social. A utilização do subterfúgio de cargos genéricos tem representado tanto no setor público quanto no privado a tentativa de negar atribuições privativas e as condições éticas e técnicas que cada profissão

possui como carga horária reduzida, garantia de espaço sigiloso para atendimento etc. Os vínculos de trabalho terceirizados que também constituem característica da reestruturação produtiva que elimina direitos trabalhistas como férias e descanso remunerado e dispersa a organização coletiva do trabalhador. Apesar desses apontamentos, um aspecto que chama atenção na pesquisa da autora é o fato de os profissionais afirmarem que não se sentem desprotegidos com esta situação de trabalho (SOUZA; CHAVES, 2017, p.7).

Diante do que se extrai do estudo apontado, conforme apontam as autoras, é possível que se identifique que as requisições aos assistentes sociais por parte das instituições acabam por perpetuar traços históricos de atendimento à situações que são puramente individualizadas, de modo que estes interferem na produtividade sem que haja a explicitação das reais demandas apresentadas pelos trabalhadores ao assistente social, de modo que pôde-se compreender a importância da diferenciação das requisições da instituição e as demandas ao trabalho deste profissional (SOUZA; CHAVES, 2017).

Por fim, o estudo abordou o artigo publicado por Gomes em 2015 na revista n. 122, intitulado “Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social”, este que, conforme discorrem Souza e Chaves (2017), tem como intuito refletir acerca do trabalho desenvolvido pelo assistente social em empresas de consultoria e assessoria, de onde observou-se o objetivo de tanto o trabalhador quanto a empresa contratante dos serviços de consultoria, estes prestados 24 horas por dia, tenham benefícios, de modo que a conquista do trabalhador a um direito se torna um benefício cedido pelo empregador, destacando-se ainda quais as principais características que são valorizadas pelas profissionais que atuam em consultorias:

1 - Autonomia, dinamicidade, inovação e criatividade, 2 - ética entendida como sinônimo de sigilo profissional e suposta neutralidade, 3 - capacidade de quantificação dos serviços prestados. Essas aparentes inovações das “consultorias”, entre outros aspectos, têm revelado nas empresas o oposto dos seus reais objetivos, tornando-se obscurecedores da precarização silenciosa do trabalho do assistente social via trabalho terceirizado e por vezes informais com status de um trabalho moderno. (SOUZA; CHAVES, 2017, p. 8 apud GOMES, 2015, p. 357).

Reflete-se que tal análise, quando lida conjuntamente com o apontado acerca de estudo quanto a ausência do sentimento de desproteção apontada anteriormente, ganha viés preocupante, especialmente no que tange às relações de trabalho estabelecidas pautadas pela flexibilização e constante precarização, especialmente

quanto ficam demonstradas os níveis de precarização dos trabalhos e atendimentos realizados pelos assistentes sociais de empresas de consultoria, por vezes ocorrendo em seus próprios lares, sem contato com o trabalhador atendido, além da acentuada tendência de terceirização do trabalho destes profissionais.

A pesquisa realizada pelas autoras Souza e Chaves (2017) também buscou identificar a produção da categoria através de outro levantamento de publicações acerca da temática nos anais dos principais congressos da categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

Neste estudo foram utilizados os anais dos CBASs realizados no período compreendido entre 2004 e 2016 e dos ENPESSs compreendidos entre 2010 e 2012, valendo-se de descritores nos termos “reestruturação produtiva”, “serviço social em empresas” e “assistentes sociais e empresas privadas” que deveriam constar nos títulos dos trabalhos, para afunilamento dos dados, dos quais identificaram-se 72 artigos sobre a temática, sendo que destes, 33 estavam relacionados ao exercício profissional, indicando algumas atribuições desenvolvidas na atualidade pelos profissionais, com seguinte redução em decorrência do aprofundamento das leituras, uma vez que parte destes artigos objetivavam a descrição de condições específicas de algumas empresas e situações relacionadas a estágios (SOUZA; CHAVES, 2017).

A partir destas análises, traçadas por Souza e Chaves (2017), dos artigos apurados, é possível depreender os níveis do cumprimento do exercício profissional pelo assistente social no espectro das organizações empresariais, observando-se, a partir da bibliografia apresentada, as condições diversas (e adversas) de trabalho que os trabalhadores estão inseridos.

Além disso, pôde-se compreender mais acerca das demandas postas aos profissionais de serviço social, bem como dos trabalhadores ou usuários da empresa, com ênfase às especificidades do trabalho, além dos desafios postos ao Projeto ético político profissional, além do remontar dos desafios e inúmeras contradições da classe trabalhadora diante da reestruturação produtiva no capital, bem como pôde-se compreender de melhor maneira a atuação do assistente social nas empresas de consultoria, e as constantes dificuldades que guardam relação com a impossibilidade de acesso ao trabalhador, ainda que se note o crescimento e a diversificação da demanda pelo profissional neste espaço desde os anos 1980.

Cumprindo ainda, trazer importante apontamento trazido pelas autoras:

Ressaltamos que tanto na revista *Serviço Social & Sociedade* quanto nos trabalhos publicados nos anais dos Congressos CBAS e ENPESS há ainda uma produção pequena em termos quantitativos, mas que apresenta importantes elementos a serem problematizados pela categoria. Tais elementos se referem principalmente às novas demandas das empresas e dos trabalhadores nesta área de atuação, a incorporação de tecnologias e os impactos da reestruturação produtiva para os trabalhadores de forma geral e os contornos que atinge para a categoria dos assistentes sociais. (SOUZA; CHAVES, 2017, p. 10-11).

Outro relevante aspecto trazido pelas autoras diz respeito à evidenciação de tendências (ou problemáticas) quanto às condições de trabalho, podendo-se observar uma tendência à terceirização da contratação do trabalho Assistente Social, além do aumento de casos em que há o desenvolvimento do trabalho em estruturas externas à empresa, remontando-se os casos em que os profissionais são considerados consultores externos para as empresas clientes, de forma que se aponta a necessidade da reflexão quanto a precarização das condições de trabalho decorrentes dessa laboral.

Trata-se de estudo relevante para que se possa ter bases, diante do escopo bibliográfico apontado pelas autoras, acerca das atividades dos assistentes sociais nos espaços privados, especialmente ante à lógica do capital e de operação do mercado, promovendo relevantes reflexões acerca destas práticas e seus ascensos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o Serviço Social na área organizacional e as novas tecnologias e formas de gerenciamento/organização dos trabalhadores que permeiam o mundo do trabalho, traz a necessidade de entender o fazer profissional, a partir de suas particularidades e suas complexidades, no contexto da sociedade capitalista.

Quanto às características que diferenciam as organizações/empresas, observamos que os tipos de serviços ou produtos produzidos por estas, não são mais fatores rígidos de classificação, pois, atualmente, a maioria das empresas que tradicionalmente dedicavam-se exclusivamente à produção já prestam algum tipo de serviço a seus clientes ou fornecedores.

A diferenciação fundamental que constatamos está relacionada ao tipo de capital que permeia no interior dessas organizações/empresas, ou seja, é o tipo de capital (público, privado ou misto) que determina o tipo de estratégias tomadas pelos seus dirigentes.

Independentemente do tipo de organização, a tecnologia se faz presente mesmo que seja em apenas um de seus setores, imprimindo a necessidade de os trabalhadores estarem “familiarizados” com estas, pois caso isso não ocorra, é inevitável que o trabalhador corra o risco de perder seu emprego.

O mundo do trabalho já esteve pautado em diversas teorias advindas da administração. Como o taylorismo que, atrelada à utilização intensa da maquinaria, busca disciplinar e separar as atividades física e mental nos locais de trabalho em troca de prêmios e bons salários a seus empregados. Ou o fordismo que dando ênfase na divisão do trabalho através do uso das máquinas-ferramentas mais especializadas como a esteira rolante, permitiu reduzir o esforço humano acarretando também uma especialização fragmentada do trabalho e perda das habilidades genéricas dos trabalhadores.

Portanto, as teorias que permeiam o mundo organizacional atualmente são as que expressam a superação dos modelos autoritários taylorista e fordista, ligadas à qualidade total que, hoje, adotam princípios com fortes traços ideológicos como: cooperação, harmonia, confiança e comprometimento; e a reengenharia, que também permite aos empregados maior “autonomia de decisão”, porém com maior racionalidade gerencial e distribuição de informações para que se aumente a rapidez e a produtividade nas organizações.

Verificamos através da pesquisa bibliográfica que as maneiras dos Assistentes Sociais atuarem nas organizações/empresas é por meio de estratégias que estão sendo mais difundidas na atualidade, como os Programas de Qualidade Total e a Reengenharia.

Assim, por meio das reflexões apresentadas pelos artigos em destaques nesse estudo bibliográfico percebemos que os profissionais sujeitos da pesquisa, vêm sofrendo influências das novas teorias, através de trabalhos como: a educação continuada, a integração dos funcionários e familiares nos locais de trabalho, a busca da qualidade de vida, e o remanejamento de funcionários, atendendo as requisições feitas nos seus ambientes de trabalho.

É importante ressaltar também, que estes profissionais expressam preocupação com os direitos sociais de seus usuários, mais de uma forma não tão militante como os profissionais que trabalharam nesta mesma área nas décadas anteriores.

Com o término deste processo investigativo, conclui-se que foi possível atender aos objetivos inicialmente propostos e analisar o trabalho do(a) assistente social nas organizações privadas nos setores de recursos humanos e responsabilidade social.

Porém, este não é o término, a conclusão é, antes de tudo, norteadora de um debate que necessita estar mais em pauta na formação de novos profissionais, a fim de capacitar os discentes para que, em anos vindouros, sejam capazes de atuar na contemporaneidade, comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e respondendo às demandas que lhes são impostas.

É ainda válido ressaltar que, a partir das leituras, verifica-se que as demandas, os campos ocupacionais, o perfil profissional, as competências profissionais, estão em constante mudança, é algo dialético, que necessita sempre de atualização teórica, atualização acadêmica, fato esse que perpassa a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos e matrizes teóricas para que não se deixe de garantir direitos sociais da classe trabalhadora, que já vivencia uma regressão de direitos e exploração de sua mão de obra.

Os campos da responsabilidade social e, por conseguinte, o setor de recursos humanos, para atuação dos assistentes sociais não é uma utopia, algo distante, é uma realidade vivenciada, e que se deve dialogar sempre no sentido da ampliação dos conhecimentos em torno deles, sendo potenciais campos de atuação, alastrandose, assim, o mercado de trabalho profissional.

Dessa forma, fazendo um paralelo dos nossos objetivos propostos e a realidade encontrada, percebe-se que, no projeto pedagógico do curso presencial de graduação em Serviço Social da Unesp de Franca/SP, o debate sobre a atuação do assistente social em empresas apresenta-se de forma limitada, como tema secundário, com tópicos específicos apenas em algumas disciplinas, como Gestão Social e Planejamento em Serviço Social, Política Social no Brasil, Serviço Social: Organização e Gestão do Trabalho Profissional, quando estas trabalham algumas temáticas que vinculam-se à responsabilidade social, ou a atuação junto ao departamento de recursos humanos, mas sem centralidade nelas.

É perceptível, ainda, que, naqueles cursos que se encontram inseridos em faculdades ou universidades privadas, apresentam-se, nos projetos pedagógicos dos cursos, falas acerca da responsabilidade social institucional, tratando-se de uma projeção da imagem da instituição para a sociedade, não chegando a ser necessariamente um compromisso ético, por fim, o curso de Serviço Social insere-se nessas práticas, mas sem conhecimento maior sobre essa vinculação de saberes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. de M.; RODRIGUES, H. de C. P.; SANTANA, J. M.; **Reestruturação no mundo do trabalho: os limites do fazer profissional frente e reestruturação produtiva**. 2013 CBAS;

AMARAL, A. S. de; CESAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009;

AMARAL, Â. S. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas**. (Tese) Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005;

AMARAL, A. S; CESAR, M. de J. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. São Paulo: CEAD, 2006;

AMPESE, E. **Serviço Social e Reestruturação Produtiva: novas demandas profissionais**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Departamento de Serviço Social – UFSC, 2003;

ARAUJO, F. C. **O Serviço Social em Empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010;

ARAUJO, M. F. de. **A construção/reconstrução das competências profissionais do assistente social diante da gestão do Serviço Social da Indústria (Sesi) a partir dos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000:2010: diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010;

AZEVEDO, F. C. de; **Consultoria empresarial: o Serviço Social posto à prova**. CBAS, 2013;

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez. 2003;

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa Ação Social nas Empresas: Brasil: resultados finais: segunda edição**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id\\_article=244](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id_article=244). Acesso em: 08 ago. 2021;

BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987;

CANOAS, J. W. **Por Uma Nova Presença do Serviço Social na Empresa**. São Paulo: Canoas, 1982;

CARRIERI, A. de P.; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da; PIMENTEL, Thiago Duarte. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2009;

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes. 1999;

CESAR, M. de J. A Experiência do Serviço Social nas Empresas. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Programa de Capacitação Continuada Para Assistente Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999;

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001;

CHAUÍ, M. **O Ser humano é um ser social**. 1. ed. [S. l.]: WMF Martins Fontes, 2013. 152 p. ISBN 9788578276782;

CHIAVENATO, I. Introdução à moderna gestão de pessoas. In: \_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas: novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus. 1999;

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O CFESS na Luta pela Assistência Social: sentido e compromisso. **CFESS Manifesta**, novembro de 2005;

DIAS, Á. C. S. O Estado Democrático x Estado de Exceção: projetos societários e projetos profissionais nos 80 anos de Serviço Social no Brasil. **XII Jornada Científica em Pesquisa Social**. 2016

PREVITALI, F. S; ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013, **Configurações**, 12 | 2013, 241-245;

FREIRE, L.M.B. **Serviço Social Organizacional: teoria e prática em empresa**. São Paulo: Editora Cortez, 1983;

FREIRE, M. B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2003;

GADIOLI, B. C; et tal. Responsabilidade Social Empresarial: ética ou estética? Uma análise do setor automobilístico brasileiro. In: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades**, v. 5. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2006. p. 173-210;

GIAMPAOLI, M. C. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviços”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N°114. São Paulo: Cortez, 2013;

GIESTA, L. C; LEITE, R. de A. (Orgs). **Responsabilidade social e gestão ambiental**. Natal: EdUFRN, 2010.

GOMES, M. R. B. “**Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social**”. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N°122. São Paulo: Cortez, 2015;

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 62, ano XX, março 2000;

GUIMARAES, D. M., et al. **As Políticas Sociais no Brasil**: uma análise histórica do Serviço Social na indústria. Brasília: DN — Super - DITEC, 1993;

HARVEY, D. Do Fordismo à Acumulação Flexível. In: \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. 9. ed. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2000;

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**, Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Granflin, p. 9-30, 2001.

\_\_\_\_\_. **R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986;

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2001;

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO/CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília, 2002;

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. – São Paulo, Cortez, 2006;

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**- 17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009;

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009;

KAYAMEAMA, N. **Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil.**

Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Méd. 03. CFESS - ABEPSS - CEAD/NED. 1999;

LACERDA, L.E.P; GUEDES, O. S. Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social em Revista**, 2006, v. 8, n. 2, jun/jul

LIMA, A. A. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. 2. ed.; São Paulo: Cortez, 1983;

Lima, M.J.O. e Cosac, C.M.D. Serviço Social na empresa. **Katálysis**, 2005, 8(2), 235-246;

LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Per una Ontologia dell'Essere Sociale.** Tradução Ivo Tonet. Roma: Editori Riuniti, 1981;

MARTINS, E. S; ROSSETTO, C. R; ROSSETTO, A. M.; FERREIRA, E. Estudo da sustentabilidade empresarial: o caso de uma cooperativa gaúcha. **GESTÃO.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 8, n. 3, p. 457-482, 2010;

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974;

\_\_\_\_\_. Maquinaria e grande Indústria. In: MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013;

\_\_\_\_\_. **O Capital I.** Capítulo V – Processo de Trabalho e Processo de Valorização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983;

\_\_\_\_\_. **O Capital**, V.I. Coleção Tomo II. Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo – SP, Abril Cultural, 1984;

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 5v., 1985;

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica de economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. São Paulo: Abril Cultural, 1984;

MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg:** a formação do homem tipográfico. 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972. 390 p. v. 19;

MENEGASSO, M. E. **A Prática do Assistente Social no Serviço de Extensão da Pesca em Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifício - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989;

MENEZES, F. C. O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N°103. São Paulo: Cortez, 2010;

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005;

MOTA, A. E. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985;

MOTA, A. E; AMARAL, A. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo: Cortez, 1998;

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996;

OLIVEIRA, C. M. **Entre tradições e inovações: percepções e práticas de responsabilidade social empresarial**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013;

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008;

PIMENTA, S. M. A estratégia da gestão na nova ordem das empresas. In: \_\_\_\_\_. **Recursos humanos: uma dimensão estratégica**. Belo Horizonte, UFMG, 1999;

RAICHELIS, R. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. N°107. São Paulo: Cortez, 2011;

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2011;

RAMOS, N. S.. **O Serviço Social em Santa Catarina: surgimento e expansão com a criação da faculdade de Serviço Social em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Pontifício - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984;

RAYA DIEZ, E; CAPARRÓS CIVERA, N. **Trabajo social en las relaciones laborales y la empresa: vías para el emprendimiento**. Documentos de trabajo social: Revista de trabajo y acción social, ISSN 1133-6552, N°. 52, 2013, págs. 338-356;

REY, B. F. **O Serviço Social em Organizações Empresariais**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993;

RHEINHEIMER, I. **Responsabilidade social empresarial: uma demanda para a formação em Serviço Social?** 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005;

RICO, E. de M. **Teoria do serviço social de empresa: objeto e objetivos**. 2. ed. São Paulo: Cortez Ed, 1982;

SARMENTO, R. S. M. **Responsabilidade Social e qualidade de vida: considerações sobre o Serviço Social em empresas**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2002;

SIQUEIRA, E. S. Responsabilidade social: o empreendedorismo e o social. **Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 92-118, jul./dez. 2005;

SOTO MARTÍNEZ, J.C. **El trabajo social de empresa, un campo en proceso de cambio**. Análisis de algunos factores que influyeron en su evolución.: Cuadernos de trabajo social, ISSN 0214-0314, ISSN-e 1988-8295, Nº 4-5, 1991-1992, págs. 241-248;

SOUZA, A. R.; CHAVES, E. R. A Atuação do Assistente Social em Empresas Privadas: Notas Sobre a Produção da Categoria. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 8: 2017, São Luís, 2017, São Luis. **Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: 1917-2017: um século de reforma e revolução**, de 22 a 25 de agosto de 2017, São Luís, MA. -- São Luis: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2017. São Luis: UFMA, 2017;

SUCUPIRA, J; ASHLEY, P; NADAS, P; CALSING, E. **Responsabilidade Social**. Série Rede SESI de Educação, 13. Brasília: SESI/DN, 2010;

TORRES, C. Responsabilidade social das empresas. In: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Fórum responsabilidade e balanço social: coletânea de textos**. Brasília, 2003. p. 129-147;

WACQUANT, L. **A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo**. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (org.). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social. São Paulo: Boitempo. 2003;

\_\_\_\_\_. **Nota aos leitores brasileiros: rumo a uma ditadura sobre os pobres?** In: As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar. 2011.

YAZBEK, M. C. (org.) **Projeto de revisão curricular da faculdade de serviço social**. In: Serviço Social e Sociedade. Ano V – nº 14 – abril de 1984.